



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 031

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 031

31ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 06

Dep. Professor Luizão 07

Dep. Caíto Quintana 08

Dep. Plauto Miró 10

Dep. Ademar Traiano 11

Dep. Antonio Belinati 12

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 14

Dep. Valdir Rossoni 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana 08

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 18

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 19

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 20

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 21

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 23

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 24

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 25

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

Redação Final 29

3ª Discussão 29

2ª Discussão 30

1ª Discussão 30

Requerimentos 36

Encerramento da Sessão 37

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 37

Diretoria Geral

Portarias 37

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico 39

DIÁRIO Nº 031**31ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE ABRIL DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Ney Leprevost (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Indicações**

INDICAÇÃO Nº 073/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior Lygia Puppato a isenção de ICMS sobre os equipamentos utilizados na produção de energia solar no estado do Paraná.

Senhor Governador, Senhora Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior a isenção de ICMS sobre os equipamentos utilizados na produção de energia solar no estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O grande responsável pelo consumo de energia elétrica em nosso país é indubitavelmente o chuveiro. Estima-se que 1/3 (um terço) de toda a energia consumida no Brasil seja proveniente do uso indiscriminado do chuveiro elétrico.

Assim sendo, a isenção de ICMS sobre os equipamentos utilizados na produção de energia solar no estado do Paraná seria um mecanismo de estímulo para a implantação desta energia alternativa, não poluente e ecologicamente correta em várias residências.

Além da isenção de ICMS, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior poderia se encarregar de elaborar novas alternativas de produção e armazenamento de energia solar distintas das já existentes.

Sabe-se que o custo atual de implantação de energia solar nos imóveis comerciais e residenciais é incompatível com a realidade brasileira, por isso um projeto de pesquisa nesta área seria muito interessante à economia do Paraná, tendo em vista que nosso Estado possui uma grande incidência de raios solares durante todo o ano.

Com efetivação deste projeto, teríamos uma redução drástica no consumo de energia elétrica, pois os chuveiros e torneiras elétricas poderiam ser substituídos pela água aquecida através de placas que captam energia de raios solares. O que certamente contribuiria com a redução do consumo de energia elétrica produzida pelas

hidroelétricas, havendo, sucessivamente, um grande excedente de produção para dar seguimento aos projetos do governo do Estado, especialmente aqueles ligados ao setor rural e a agroindústria.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 074/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Itaúna do Sul.

Senhor Governador, Senhor Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Itaúna do Sul de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Itaúna do Sul tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo municipal. Ocorre que, recentemente, o município destinou um terreno ao lado do posto de saúde para a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, obra que é parte de programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Por essa razão, Itaúna do Sul tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento nesse programa estadual, de modo a que nesse município possa ser construída Clínica de Saúde da Mulher e da Criança e, assim, poder atender uma demanda crescente de pessoas de Itaúna do Sul e entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de municípios dessa cidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas, solicitando o auxílio indispensável.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 09 do mês corrente, por motivo de reunião na Prefeitura Municipal de Curitiba para tratar de assunto da comunidade.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a devolução pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, do Projeto de Lei nº 024/08, de sua autoria, cujo projeto está ali retido, com parecer contrário, para estudos complementares.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 695

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do Sr. José Perazolo, em nome da Sra. Sônia Perazolo e de seus dois filhos, bem como votos de pesar a toda a comunidade de Rolândia, em virtude do seu falecimento, José Perazolo foi Vereador e Prefeito da cidade de Rolândia e sempre se destacou como liderança de toda a região. É com pesar que o Paraná se despede de tão ilustre personalidade.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião solicitando a implantação do Curso Técnico Profissionalizante de Magistério no Colégio Estadual Barão de Capanema - Ensino Fundamental e Médio - do município de Prudentópolis. O processo com o pedido da implantação do curso foi preparado pelo Núcleo Regional de Educação de Irati e chegará aos cuidados da Secretaria de Estado da Educação nos próximos dias.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A direção do colégio manifestou a necessidade da implantação do curso de magistério devido à demanda de alunos interessados nessa modalidade. Conforme explicou o Diretor do Colégio Barão de Capanema, professor Marcos Vinício dos Santos, o curso a ser implantado em Prudentópolis usará a mesma base curricular do curso técnico que, hoje, é ofertado em Irati no Colégio São Vicente. Dessa forma não há necessidade de se iniciar os trâmites para a implantação de um novo curso em Prudentópolis. Basta descentralizar a unidade em Irati para oferecer o mesmo curso em Prudentópolis.

Ressalto que o Estado, cada vez mais, precisa de profissionais da educação para atender crianças matriculadas desde as séries iniciais, como as matriculadas em creches. Se implantado em Prudentópolis, os alunos for-

mados poderão exercer a docência até o 5º ano do ensino fundamental de 9 anos. Outro dado positivo é que o colégio dispõe de infra-estrutura adequada e profissional qualificados para abertura do referido curso.

Conto com vosso apoio nessa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informações desta Secretaria, sobre o número de policiais, civis e militares, ano a ano, a partir de 2003, até a presente data, separados ativos e inativos.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Desembargador José Antonio Vidal Coelho, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de incluir na Proposta Orçamentária daquele Tribunal, recursos para a manutenção da equipe inter-profissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, conforme determina o artigo 145 c/c o artigo 150 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Como se tenha conhecimento, a intervenção da equipe inter-profissional, é necessário nos processos de perda e suspensão do poder familiar, adoção, guarda e tutela, bem, como nos processos de aplicação de medida sócio-educativas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90, em seus artigos 150 e 151, prevê a criação de equipe inter-profissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e Juventude.

Entretanto, grande parte da comarca do Paraná e do país não dispõe de um serviço auxiliar interdisciplinar, composto por psicólogos, assistentes sociais, para auxiliar os Juizes da Infância e Juventude, em completo desrespeito aos princípios constitucionais, apesar de haver, há mais de dois anos, recomendação do Conselho Nacional de Justiça aos Tribunais de Justiça de todo Brasil, para a implantação de equipes inter-profissionais próprias ou mediante convênios com instituições universitárias, que possam dar atendimento às comarcas do estado nas causas relacionadas à família, crianças e adolescentes.

Ante o exposto, este Parlamentar conta com o apoio dos nobres Pares desta Casa, no sentido de encaminhar este requerimento à Presidência do Tribunal de Justiça,

objetivando incluir na Proposta Orçamentária recursos para a reestruturação das Varas de Infância e Juventude, com a implantação de equipes inter-profissionais.

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Exma., Sra. Procuradora do Trabalho representante da COORDINFÂNCIA (Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho da Criança e do Adolescente) do estado do Paraná, Mariane Josviak Matos de Carvalho, solicitando as seguintes informações, com base no disposto nos artigos 7º, XXXII da Constituição Federal e 403 da CLT, que proíbe o trabalho dos menores de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz, onde a idade é reduzida para 14 anos. Também sobre o mesmo tema, o artigo 406, I da CLT atribui ao Juiz da Infância e da Juventude a competência para autorizar o trabalho do menor, em alguns casos específicos, desde que tenha fins educativos e não prejudique a sua formação moral.

Como é de conhecimento geral, a programação das emissoras de televisão, muitas vezes, não é nem apropriada para algumas faixas etárias, nem educativa. Isto posto, questionamos:

1 - Não estaria sendo violada a legislação quando esses menores trabalham em programas que não atendem os requisitos específicos da lei?

2 - Sendo assim, como as emissoras de televisão contratam para sua programação crianças com idade inferior a permitida em nossos ordenamentos jurídicos?

3 - Com base em qual diploma legal estes menores trabalham?

4 - Qual o teor do relatório da Comissão da COORDINFÂNCIA, que ocorreu no segundo semestre de 2007, com relação ao trabalho artístico de crianças?

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 140/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a UNILEHU - Universidade Livre para a Eficiência Humana, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A UNILEHU é instituição que tem desenvolvido relevante papel na sociedade do estado do Paraná. A atua-

ção focada na questão de amparo e incentivo à pessoas portadoras de deficiência física e mentais é um dos objetivos da universidade, bem como atuação junto aos egressos do sistema carcerário, silvícolas dentre outros.

Com a finalidade de socializar certas classes que são cotidianamente vítimas de discriminação é que vem se destacando o papel social da associação. Em vista disso, é de se dizer que o papel dos Parlamentares nesta toada é a defesa e valorização de instituições que procuram ambientar e desenvolver aqueles cidadãos que porventura sofram com desigualdades, fator este a ser expelido da sociedade, que vive à égide de um estado democrático de direito. Até mesmo é de se lembrar que a Constituição Federal elenca, em seu artigo 5º, como direito fundamental a igualdade ou isonomia entre os cidadãos. Assente nessas premissas, cremos que o reconhecimento dessa universidade (efetiva mola propulsora de dignidade para inúmeras pessoas) é dever desta Casas de Leis, pautada que é pelo desenvolvimento de todo o povo do Paraná.

Diante dessa breve explanação é que se espera o apoio dos demais membros deste Parlamento, para a efetivação da utilidade pública ora postulada.

PROJETO DE LEI Nº 141/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila América, com sede e foro no município de Cornélio Procopio/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/04/08.
(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de moradores da Vila América é pessoa jurídica que possui, dentre suas finalidades, defender e promover os interesses da citada vila, através de ações voltadas tanto para o bem-estar de seus moradores, como também para auxiliar o Poder Público em iniciativas a serem realizadas na comunidade.

Vale dizer ainda que a associação já foi declarada de utilidade pública pelo município de Cornélio Procopio, corroborando assim a aceção de relevância e importância da instituição que ora se busca ver declarada de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 142/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário ao Dr. Paulo Sakai.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/04/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva conceder título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Paulo Sakai.

Nascido no município de Bastos no estado de São Paulo, Dr. Paulo Sakai tem a sua formação pré-universitária e universitária no nosso estado. Em Maringá, cursou o Grupo Escolar Oswaldo Cruz, Colégio Estadual de Maringá e Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal e graduou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, na nossa capital.

Seu vasto conhecimento na área médica, foi totalmente direcionada para atender a comunidade paranaense, principalmente as camadas mais necessitadas da nossa sociedade.

O seu *curriculum vitae* demonstra seu grande conhecimento e dedicação na área da Medicina.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra no Pequeno Expediente, por cinco minutos, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem tivemos uma votação importante, dois vetos foram apreciados. Um foi mantido e outro foi derrubado.

Uma questão de suma importância para as gerações futuras, que é a conservação do meio ambiente.

Infelizmente, ontem, por cinco votos, o projeto da Deputada Rosane Ferreira, que previa as madeiras utilizadas em construções pelo Governo do Estado, fomos derrotados. Infelizmente, pela ausência dos votos.

Temos que respeitar cada Deputado que aqui permaneceu até o final da Sessão e tiveram a postura em votar SIM ou NÃO. Não tem que se cobrar explicação de quem votou.

As únicas pessoas que podem tirar satisfação de como se comportou o Deputado com relação a esse ou qualquer outro projeto, são os eleitores que estavam assistindo. Mas a ausência é que influencia uma decisão.

Quero também estender o convite que foi formulado pelo Presidente Nelson Justus, a todos os Deputados e à grande parte dos setores representativos da sociedade, para que compareçam amanhã na Sessão. Teremos a prestação de contas, que várias vezes foi cobrada por este Plenário.

Muitos Deputados utilizam a tribuna diariamente e cobram na área de Educação, Segurança, Saúde. Mas, com certeza, no dia de amanhã, os Deputados que aqui estiverem vão poder desempenhar plenamente o seu mandato, perguntando como o Governo tem se comportado com os gastos. Se está gastando o que é constitucional na área de Saúde, Educação, Cultura. Porque de nada adianta ficar dando tiros no ar, sem ter a solidez dos números.

Estive com o Presidente Nelson Justus agora há pouco, e a preocupação dele é realmente com o quórum, porque às vezes um Deputado não se faz presente, mas daqui a dois, três dias ou Sessões, estará apresentando um requerimento pedindo explicações. Então, esta é a oportunidade propícia para que possamos fazer algumas indagações de ordem técnica e também política, porque tem algumas políticas de Governo a anunciar que temos que perguntar há quantas andam. Será na manhã desta quinta-feira, em que teremos a presença do Secretário.

Acho muito oportuna a presença do maior número possível de Deputados e Deputadas para que possamos cumprir. Acredito que o debate, na manhã de quinta-feira, será menos político e mais técnico. Espero que a sensatez domine todos os Deputados que estiverem, que não tente se criar uma cortina de fumaça em cima de algumas perguntas, que não são apenas um direito dos Deputados, mas um dever dos Deputados estarem aqui e inquerirem o Secretário de Finanças, assim como é um dever dos Vereadores fazerem em relação aos Prefeitos.

Um momento que enaltece e valoriza o Poder Legislativo é quando podemos exercer plenamente esse papel de fiscalizadores. Não é um papel de perseguidores do Governo, mas de cumprir o papel constitucional que cabe a esta Casa de fiscalizar e, de maneira nenhuma, o Governo se esquivar dessa fiscalização. Ele pode ficar livre desta Casa, do Tribunal de Contas, mas com certeza, mais dia, menos dia, alguém vai ocupar este espaço, seja o Tribunal de Contas, seja a própria população através das urnas.

Então, era o convite que eu tinha a fazer e agradecer pelo um minuto a mais, Sra. Presidente Cida Borghetti.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Professor Luizão, Partido dos Trabalhadores, pelo tempo regimental de cinco minutos.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

No ano passado veio ao Paraná o Ministro Tarso Genro, lançar no Paraná o PRONASCI, Programa do Governo Federal da Segurança Pública. Vários municí-

pios, a partir daquele momento, tinham a oportunidade de se inscreverem para obter recursos do PRONASCI em programas que visassem a prevenção na área da Segurança. O Ministro da Justiça, quando veio para cá, fizemos um movimento, ele inclusive foi ao município de Pinhais, que é o município onde resido, na região metropolitana de Curitiba, porque o Programa visa, principalmente, as capitais e os municípios da região metropolitana. Então, inicialmente, no Paraná, vários municípios como Curitiba, São José, Colombo, Piraquara, Almirante Tamandaré e Araucária, foram beneficiados com o PRONASCI.

Os municípios devem, ainda, apresentar seus projetos para poderem se beneficiar com recursos do PRONASCI. Alguns municípios, inclusive, estão atrasados em aproveitar essa oportunidade, mas alguns, inclusive o município de Curitiba, já apresentou projeto, inclusive instalou uma Secretaria específica que vai ser instalada e custeada com recursos do Governo Federal. Então, nesse sentido que eu vejo a preocupação do Governo Federal com a Segurança Pública, não só na repressão, mas também na prevenção, porque eu também acredito que a melhor forma de trabalharmos pela Segurança, combatermos a criminalidade é trabalhar na prevenção, porque só na repressão podemos multiplicar o número de policiais que não vamos resolver. Quem foi Prefeito sabe que as coisas acontecem nos municípios.

É evidente que precisamos das forças da Polícia do Governo Estadual, mas o município tem que fazer a sua parte. Acredito que a Segurança Pública começa com uma cidade bem limpa e bem cuidada, com uma boa iluminação pública, que tenha praças, para que as pessoas possam ter um local de encontro, onde haja oportunidades para os jovens e adolescentes poderem praticar esportes, desenvolverem a sua criatividade na cultura, na dança e na música. A partir dessas oportunidades é que o jovem não vai ser inclinado a praticar a violência. Ao invés dele ter só más influências, ele terá oportunidades.

Por isso, vejo que os municípios devem, cada vez mais, assumir também a responsabilidade em relação à Segurança Pública. O Governo Federal está propondo que os municípios apresentem programas e ele vai repassar recursos, através do PRONASCI, para programas de prevenção.

Temos debatido bastante na Assembléia a questão da Segurança Pública e é evidente que temos que lutar pelo aperfeiçoamento. Inclusive foi feita ontem a troca do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, que estava sendo comandada pelo Coronel Xavier, e quem assume é o Coronel Anselmo. Acredito muito na competência do Coronel que está assumindo, porque ele desenvolveu um bom trabalho no comando da Polícia, um trabalho silencioso, sem fazer grandes alardes. Ele trabalhou muito para combater a violência no Paraná. Confio muito no trabalho do Coronel Anselmo, que é uma pessoa bastante preparada para a função. Tenho certeza que ele desenvolverá um excelente trabalho nessa área.

Não tenho dúvida que em relação à Segurança Pública, com a participação dos municípios cada vez mais estando preocupados com essa questão, dando oportunidade para o adolescente e para o jovem, preparando-os para ingressarem no mercado de trabalho, para conseguir o primeiro emprego, tenho certeza que vamos amenizar essa situação.

No município de Pinhais também estamos lutando para a implantação de uma Companhia Militar, porque lá tinha até então só um pelotão da Polícia para atender dois municípios, Pinhais e Piraquara, que têm uma população, os dois juntos, em torno de 200 mil habitantes, o que é insuficiente. Ali conseguimos com o Coronel Xavier demonstrar a necessidade da implantação de uma Companhia Militar, que já está sendo implantada. Temos um Coronel comandando a companhia que está sendo instalada. A Prefeitura aceitou o convênio e vai ceder o espaço para a instalação da Companhia Militar. Vejo que essa parte da repressão é importante, mas não é o suficiente. O município fazendo a outra parte, que é aquela da prevenção, tenho certeza que aí sim, teremos mais segurança para a população. Cada um que faça a sua parte e não fuja da responsabilidade - colocando o problema sempre para o outro - mas assumindo também a sua parte nessa responsabilidade.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, no horário do Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sra. Presidente, componentes da Mesa, prezados Deputados e Deputadas.

Vou lamentavelmente, com a ausência em plenário do Deputado Rangel, mas para que o assunto não fique muito tempo sem responder, pronunciamentos que foram feitos nesta Casa, em especial o Deputado Rangel o fez, com referência a salários de policiais. A sua colocação não condiz com a verdade dos fatos. Talvez motivado pela questão de ser um Deputado recente - está a um ano e meio nesta Casa, com uma participação política bem recente no estado do Paraná - desconheça as coisas que foram feitas pelo Governo Roberto Requião em favor da Polícia Militar do nosso estado.

A princípio eu diria que Segurança Pública é uma questão de estado, mas é também uma questão de sociedade. Cada vez mais estamos sentindo que Segurança Pública envolve muito a participação da sociedade.

Ouvi o Deputado Luizão falar sobre esse tema e ouvi, Deputado Valdir, há dias atrás alguém dizendo, não recordo qual foi o Deputado, que os traficantes proibiram uma passeata. Mas essa palavra "traficantes" é muito abrangente, isso não leva a nada para a Polícia. Qual é o problema que temos de Segurança, hoje? Quem se dispõe

a chegar e dizer quem são os traficantes, nominar as pessoas, procurar testemunhar em favor da justiça, contra aqueles que traficam e, portanto, fazem da nossa sociedade um laboratório de venda, principalmente na questão de tóxicos, de receptação de coisas roubadas? E eu como sou um Deputado do interior, tenho dito: aí de uma menina que, eventualmente, namore, a contragosto do pai, porque em questão de dois, três dias, a cidade inteira está sabendo. E como é que ninguém sabe em uma cidade pequena quem é o distribuidor de tóxicos, quem é que vende a droga, e que não tem uma pessoa que seja capaz de testemunhar de que fulano de tal é quem distribui a droga para os nossos filhos?

Então, não estou tirando nesse pronunciamento nenhuma culpa e nenhuma responsabilidade do estado, mas estou dizendo que o estado e a sociedade são responsáveis pela Segurança Pública.

Devido ao pouco espaço de tempo, queria dizer, nesta Casa, que a Polícia Militar do Estado do Paraná, ao contrário do que disse o Deputado Rangel, talvez tenha tido no Governo Roberto Requião o maior aumento que essa Polícia já teve. Somos hoje o 2º lugar em pagamento de salários de Polícia no Brasil. Diferentemente do que coloca o Deputado Rangel, R\$ 300 o soldo, o policial quando está na Academia, no estado do Paraná, ganha R\$ 1.460. Esse é o menor salário que alguém recebe na Polícia Militar.

Mas, além da questão do salário, ampliou-se as viaturas, os armamentos, os cursos, nenhum policial mais hoje vai para a rua sem que tenha quase que um ano de preparação no Guatupê. Nós estamos, Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que trabalha na imprensa com questão de Segurança Pública, ontem ainda o Governador Roberto Requião anunciou a promoção dos soldados por tempo de serviço, quando com ficha limpa. Acho que isso é um grande incentivo para que o policial tenha uma ficha respeitável na sua atividade, porque, queira ou não, ele será promovido a Cabo, pelo menos, pelo tempo de serviço. Aliás, isso era uma grande injustiça para os policiais que estavam no interior e entravam na carreira como Soldados e terminavam como Soldados, porque eles não tinham possibilidade de estudar e, portanto, terem promoção através de concurso.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Caíto, parabéns pela forma como V. Exa. levanta a questão nesta tribuna. Mas, voltando à questão dos traficantes, as pessoas não têm segurança para poder denunciar, elas denunciam de forma anônima. E se V. Exa. fizer um levantamento daquele telefone 181, V. Exa. vai ver que existem centenas e centenas de

denúncias - nem todas verdadeiras - porque de repente alguém olhou para mim de forma esguia, eu vou lá e denuncio que esta pessoa é traficante. Existem as denúncias, só que as pessoas que sabem, como V. Exa. diz, não se sentem seguras para denunciar.

Nós ouvimos quantas e quantas histórias, só que não temos provas. Nós mesmos, Deputados, de repente alguém monta um bar: mas espera um pouquinho, esta pessoa montou um bar, ela não vive disso, ela não entende disso, ela não precisa disso. Para quê esse bar? Aí alguém do lado diz: "Ah, montou o bar porque é uma forma de esquentar dinheiro." Mas esquentar dinheiro de onde? Aí, como que esquento o dinheiro? Ah, esquento o dinheiro! Chegou no final da noite, vendeu R\$ 1.000 e diz que vendeu R\$ 20 mil e tira, paga os impostos. Mas aí você só ouve: "você não tem provas disso". É complicado. Hoje está muito perigoso.

Então, é claro que V. Exa. levanta esta questão com probidade e com sinceridade. É claro que a nossa Polícia precisa muito mais ainda e V. Exa. sabe disso, mas já são alguns passos.

Vimos durante a campanha, infelizmente, Soldados que foram ocupados, utilizados, sem formação, na base do atropelo. Veja o caso, por exemplo, de Guarapuava. Mas isto já é passado. Esperamos que não aconteça mais no estado do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Quero concluir esta questão do preparo que se tem feito na Polícia, Deputado Luiz Carlos, além desse soldo, do salário, porque é um conjunto de soldo com a gratificação de atividade e não pode subir esse soldo para esses R\$ 1.460, porque senão você levaria esse salário para 3, R\$ 4 mil, com as gratificações. Mas é R\$ 1.460 o mínimo que recebe.

Por outro lado, uma grande conquista também da Polícia Militar é você permitir que o jovem que faça concurso na Polícia Militar, tendo o 3º grau, tendo o curso de Direito, possa ascender de Cabo a Oficial. Por quê? Porque isso vai trazer profissionais com escolaridade, porque a força bruta é importante, mas ela tem que ser associada à inteligência, à capacidade do diálogo, de interpretar o crime para que possamos melhorar a Polícia.

Então, volto a insistir numa tese: acho que o estado, como todos os estados brasileiros, hoje vive, Deputado Luiz Carlos Martins, a síndrome do medo, porque passou a ser matéria de todos os noticiários o domínio que principalmente o narcotráfico exerce sobre a sociedade, e essa sociedade se encolhe no receio de que possa receber represálias por esse crime. Mais do que nunca, me parece, há de ter essa participação da sociedade com a Segurança Pública para que possamos vencer essa ofensiva do mal. Não quero lhe colocar dados aqui que não posso fazer, mas conheço gravações de que passeatas feitas em cidades brasileiras, em capitais brasileiras, foram comandadas de dentro dos presídios pelos chefes de quadrilha. Hoje há um ramo de comunicações,

há conferências feitas de dentro dos presídios mandando acontecer os crimes aqui fora.

Então, não como desculpa ao Paraná, prezados companheiros Deputados, não como desculpa ao Paraná, mas muitos crimes, muita distribuição de tóxicos, muitos bandidos, muitos chefes que tem aqui no nosso estado, não são fruto da nossa sociedade. São pessoas comandadas de fora para exercer uma atividade de aliciamento e de comando na nossa sociedade.

Então, acho que cabe a cada um de nós discutir, sim, Segurança, mas não é massacrando o Secretário da Segurança, o Comandante da Polícia Militar, o Delegado de Polícia, o Delegado Geral ou lançando a suspeita sobre todos os policiais civis ou militares que vamos melhorar esta questão da Segurança.

Acho que precisamos, no conjunto, Situação e Oposição, discutir, sim, Segurança Pública, mas sendo solidários na busca de uma solução, porque única e simplesmente a acusação não vai levar benefício nenhum.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino e na seqüência ao Deputado Jocelito.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Caíto. Não sou de pegar carona, mas gostaria de dizer que esta questão do Governo de atender a reivindicação dos policiais, a promoção por tempo de serviço se têm uma ficha limpa, correta, corretíssima. Esta é uma reivindicação antiga dos policiais. Fiz uma indicação legislativa para o Governo, parece que foi este ano ainda, não sei se pelo meu pedido, mas o Governo atendeu e foi importantíssimo isso.

Quero parabenizar V. Exa. e dizer que tenho insistido, na tribuna, em dizer que hoje o grande problema da violência, no país, principalmente depende mais da sociedade do que da Polícia. Ora, a maior parte das crianças, desde novos, já estão na rua, sem uma ocupação, se perdendo no mundo da droga e outros caminhos e se não houver uma conscientização, principalmente o Governo Federal tem que insistir na conscientização do povo brasileiro para uma mudança de consciência, para que saia da própria casa, da família, a educação das pessoas, senão não adianta encher de policiais, podem botar quantos quiserem que não vai adiantar se não houver uma ajuda da população! Também ajudando a denunciar, a fiscalizar, onde estão as bocas de fumo e por aí afora, quem são os traficantes. Disse bem V. Exa., ontem eu vi pela televisão um assalto em Santa Catarina, aqui próximo de nós, eram assaltantes de São Paulo, comandados pelas cadeias aonde eles devem assaltar. Então é realmente este tráfico de influência dos traficantes, dentro das cadeias, comandando os assaltantes. E esses assaltos a ônibus de sacoleiros aqui no Paraná? É tudo assaltante de São Paulo!

Agora o Paraná tem feito milagre, tem colocado na cadeia, lógico que são muitos assaltos, mas V. Exa. está

certíssimo, o Governo tem feito tudo para dar condições para a Polícia fazer um bom trabalho!

Quero parabenizar V. Exa. e tenho certeza que com a mudança do Coronel, embora o Xavier fosse um bom Comandante, mas o Coronel Anselmo é mais próximo ainda do Governador, tem condições talvez de fazer uma mudança radical e melhorar a Segurança do nosso Paraná.

Obrigado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que V. Exa. estabelece a verdade sobre o aumento dos policiais do Paraná, tem um profundo conhecimento nessa área.

Para V. Exa. ter uma idéia, hoje temos em Ponta Grossa 10 dias sem homicídios, com o dia de hoje. Isso é uma vitória das pessoas de bem, da Polícia.

O Deputado Luiz Carlos Martins falou de Segurança, do Dique-Denúncia, essa semana um carrinho de cachorro quente, do centro da cidade, que vendia droga, o Dique-Denúncia levantou, a Polícia foi lá e prendeu. E assim por diante.

A Segurança Pública vem passando por muita dificuldade, mas temos coisas boas. Parabéns a V. Exa. por reestabelecer a verdade quanto àquela falácia que se falou aqui a respeito de não ter dado aumento aos policiais.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Obrigado.

Queria encerrar dizendo apenas que Saúde Pública, Segurança, são temas que eu gostaria que esta Assembléia tratasse todos os dias, mas tratasse sem a visão de Situação ou Oposição. Que reconheçêssemos as eventuais dificuldades do Poder Público, que fôssemos Soldados em busca da solução, porque Saúde e Segurança não têm partido político, é da sociedade e esta sociedade tem que participar e nada melhor para ela participar do que através de seus representantes que compõem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Passamos a palavra agora, no Pequeno Expediente, para o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Consulto V. Exa. se vai fazer uso da Liderança do seu Partido.

(Declina).

Então V. Exa. tem cinco minutos.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem uma polêmica que chamou atenção dos paranaenses, a questão do porto de Paranaguá. Os problemas que lá existem foram aqui trazidos, desta tribuna, pelo Líder da Oposição, o Deputado Valdir Rossoni, aparteado e discutido pelos Parlamentares desta Casa.

Hoje, estamos aqui para falar do problema do terminal de álcool do porto de Paranaguá, que não veio à tona nas discussões do dia de ontem. O engenheiro técnico Paulo Nascimento, que é do Instituto de Engenharia do Paraná, sendo um representante deste órgão, trouxe numa entrevista num meio de comunicação, os problemas que existem nesse terminal que já sabíamos, porque periodicamente chegam informações até nós Parlamentares. Mas ele, nessa entrevista, deixa claro o grande problema que tem da falta de informação que a diretoria, a superintendência do Porto de Paranaguá, não informa e não responde pedidos que são feitos.

Para vocês terem uma idéia, nessa entrevista ele aqui relacionou um dos sérios problemas que existe nesse terminal. Primeiro é um terminal público para carregamento de álcool. Esse terminal público custou R\$ 15 milhões, Deputado Elio Rusch, para ser construído. Só que faz cinco meses que ele foi inaugurado e até hoje não entrou em funcionamento, sendo que esse engenheiro, representante do Instituto de Engenharia do Paraná, diz que para arrumar, deixá-lo em condições de funcionamento, precisa em torno de mais R\$ 7 ou 8 milhões.

Vejam que sério problema está sendo criado lá no porto. Em especial quando se fala em recurso público, recurso da população, chama atenção e nós Parlamentares temos a obrigação de discutir e trazer à tona.

Um dos pontos do problema que lá existe:

- o projeto que foi elaborado, teria sido por um engenheiro do porto, que não teria habilitação para a execução do projeto, para armazenamento de produtos inflamáveis;

- foi usado material indevido na construção. Teria que ter sido usado aço inox por se tratar de armazenamento de material oxidante, corrosivo, e não foi usado;

- foi destacado pelo engenheiro a relação à distância dos tanques. Um tanque ficou muito próximo do outro. Isso, na questão da Segurança Pública, acaba inviabilizando e não tem condições de entrar em funcionamento por uma questão de segurança no porto de Paranaguá;

- o engenheiro traz que o projeto tem que passar um laudo do Corpo de Bombeiros, e o Corpo de Bombeiros não deu esse laudo aprovando o armazenamento, a estrutura que lá foi construída;

- o pátio de manobras, as carretas têm dificuldades para manobras. Quer dizer, foi construído um terminal aonde quem elaborou o projeto não tinha capacitação e acabou fazendo com que esse terminal ficasse inviável, não tenha condições de funcionar;

- outra questão que tem um dilema muito grande, que o Diretor-Técnico que é engenheiro lá na estrutura do porto, ele não vem respondendo às perguntas e os questi-

onamentos do Instituto de Engenharia do Paraná. Naturalmente a ART, a responsabilidade técnica que tem que ter toda obra, ela não vem à tona. As informações que pede para saber dessa responsabilidade técnica não são mostradas.

Então, na verdade, esse terminal foi construído para se ter uma função. Infelizmente, ele acabou não tendo condições de funcionar. Mais de R\$ 15 milhões lá foram investidos e posso dizer que até hoje ele não foi usado e para entrar em funcionamento, segundo esse engenheiro Paulo Nascimento, terá que ser investido em torno de 7 a R\$ 8 milhões a mais para que possa ser adequada essa nova situação.

O interessante de tudo isso é que um dos Diretores do porto de Paranaguá, o Sr. Leopoldo Campos, quando denunciou as irregularidades que lá aconteciam, sabe o que aconteceu com ele? O irmão do Governador, Eduardo Requião, Superintendente do porto e o próprio Requião, mandaram embora, porque ele denunciou que estava sendo gasto um recurso a mais do que o devido e que tecnicamente não iria funcionar. E o que aconteceu com o denunciante? Ele foi mandado embora do Porto de Paranaguá.

O problema aí está e vou encaminhar alguns ofícios para o CREA pedindo informações sobre a responsabilidade técnica desse projeto que lá foi construído, para que possamos trazer à luz do dia o que realmente aconteceu e para que todos nós possamos saber o prejuízo que o Superintendente e a diretoria do porto de Paranaguá estão dando aos paranaenses. Porque R\$ 15 milhões foram gastos e infelizmente a obra que foi ali realizada até hoje não funcionou.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos a palavra ao Sr. Deputado Ademar Traiano, no Pequeno Expediente.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ocupo a tribuna e ouvi o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana recentemente na tribuna da Situação, abordando a questão Segurança no estado do Paraná.

Com muita propriedade o Deputado Caíto Quintana trouxe o assunto à tona, responsabilizando a sociedade como um todo pelos problemas ligados à área de Segurança do estado do Paraná.

Quero também me somar a essa manifestação do Deputado Caíto Quintana e dizer que realmente a questão Segurança transcende qualquer interesse de ordem pessoal, política, ideológica e que passa a ser, sim, compromisso de todos, mas que a execução da política de Segurança é responsabilidade de quem está no poder, de quem está executando e governando o estado do Paraná e o país.

Nesse sentido, quero usar a tribuna para fazer aqui uma lembrança aos Srs. Deputados, ao Deputado Caíto e principalmente aos Deputados da região oeste do Paraná.

Lembro-me do município de Francisco Beltrão, cidade onde tenho o meu domicílio eleitoral, quando em campanha política o Governador Roberto Requião lá esteve e assumiu publicamente o compromisso da transformação da Companhia de Polícia para um Batalhão da Polícia Militar e na sequência investimentos para que pudéssemos oferecer à região sudoeste do Paraná uma estrutura maior na área de Segurança. Até porque quero parabenizar o próprio Governador pelos investimentos que fez na construção de uma nova penitenciária em Francisco Beltrão. Investimentos, me parece, na ordem de quase R\$ 15 milhões. Tenho as minhas restrições pessoais com relação a isso, mas todo e qualquer investimento que venha para uma região temos que nos render, porque atrás disso teremos, enfim, uma geração de empregos muito grande.

Mas em contrapartida, teremos inúmeros outros problemas com a vinda de uma penitenciária para um município, para uma região. Exatamente por isso que uso a tribuna na tarde de hoje, para fazer aqui uma lembrança e uma cobrança aos Srs. Deputados do Governo, da região sudoeste do Paraná, ao Governador Roberto Requião, que cumpra o compromisso firmado para com Francisco Beltrão, com relação à transformação daquela Companhia de Polícia para o Batalhão da Polícia Militar, que não quero afirmar definitivamente, mas me parece, Deputado Elio Rusch, que já foi inserida no orçamento do estado, não sei se no ano passado, ou há dois anos passados, recursos de pequena soma com objetivo de fazer, com certeza, acontecer a construção do Batalhão da Polícia Militar em Francisco Beltrão. Exatamente por isso que uso a tribuna, para fazer um apelo aos Srs. Deputados, ao Governador Roberto Requião, neste momento em que há um clamor público, todos nós advogando no sentido de criarmos novos instrumentos que possam propiciar à população do Paraná uma melhor segurança no contexto geral.

Quero crer que essa preocupação não é apenas da Situação, que muitas vezes vem aqui e levanta o problema no sentido da cobrança, da lembrança, até porque às vezes é muito cômodo o próprio Governo ficar inerte em ações que possam achar que não estão acontecendo, mas este é o papel fundamental que os Deputados da Oposição têm que exercer nesse sentido de fazer cobrança, de responsabilizar aqueles que comandam e que governam o Paraná neste momento.

Por isso, Srs. Deputados, quero ao concluir o meu pronunciamento, fazer aqui esse apelo, porque a região sudoeste do Paraná realmente é uma região que está em franco crescimento, investimentos lá estão sendo feitos e principalmente com o advento da vinda da penitenciária para Francisco Beltrão, é de vital importância a transformação da Companhia de Polícia para Batalhão, até porque estamos num contexto regional, numa área de

fronteira, apenas 100 quilômetros da fronteira com a Argentina.

Então, reitero aqui a minha preocupação e sei que essa preocupação também deve ser dos demais Parlamentares da região sudoeste do Paraná. Mas como o poder está atrelado àqueles que hoje mandam, é oportuno que eu faça aqui essa lembrança aos Srs. Parlamentares de Situação da região sudoeste do Paraná, para que juntos possamos realmente cobrar do Governador Roberto Requião, do Secretário da Segurança, enfim, de todos aqueles que estão imbuídos com a preocupação de gerarmos uma maior tranquilidade à sociedade paranaense, para que possamos fazer esses investimentos em Francisco Beltrão, para criarmos lá definitivamente Batalhão da Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati, usando também o horário da Liderança. Quinze minutos.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, colega Cida Borghetti, Deputado Elton Welter, Deputadas, Deputados, comitê de imprensa, visitantes.

Inicialmente para fazer um registro alegre, festivo, hoje é aniversário do nosso colega, jovem Parlamentar Alexandre Curi. E por que a razão da homenagem ao nosso jovem aniversariante? É pela sua postura, pela sua dignidade, pela sua maneira correta, dinâmica, competente com que esse jovem Parlamentar tem cumprido o mandato que o povo lhe conferiu como Parlamentar mais votado na última eleição. O Deputado Alexandre Curi recebe nossa admiração e nosso aplauso, porque sabemos com que carinho, com que amor, com que dedicação ele defende os Prefeitos, os Vereadores, o povo, a população dos municípios onde ele mantém a sua base eleitoral. Ele tem na veia o sangue da política do saudoso avô Aníbal Khury, e é inegavelmente um grande companheiro, um grande colega, um grande defensor do povo do Paraná. Daí a nossa homenagem, parabéns ao jovem Deputado Alexandre Curi!

Grande parte do povo anda assustado, com medo da volta da inflação em nosso país. Está virando rotina ouvirmos aumento daqui, dali. Nesta semana o preço do pão chegou a subir até 15%. Nesta semana subiu o preço do remédio, do biscoito, da carne. O preço da comida está ardendo no bolso do nosso povo. E, quem tem salário congelado, como os servidores públicos, os aposentados, está sofrendo. Tem gente que não gosta de ouvir notícia, porque vem mais uma notícia de aumento, para pesar ainda mais no bolso do pai de família. A vida está uma barra!

O Governo tem que tomar uma medida, até porque o Governo é preguiçoso para aumentar o salário dos bra-

sileiros. Que o Governo, com as armas que tem na mão, procure ser competente, objetivo para impedir essas altas desenfreadas. É bom lembrar que salário, quando sobe, sobe uma vez por ano. Para uma boa parte dos servidores públicos, tem categoria que está há oito anos sem aumento salarial. É uma judiação o que está acontecendo com o nosso país.

Aproveito esta tarde em que trazemos a nossa preocupação com esses aumentos, aumentos e aumentos, para também trazer uma notícia de que 11 milhões de brasileiros, a partir de hoje, estão tendo uma redução de 18,8% no preço da energia elétrica.

Vou repetir: 11 milhões de brasileiros estão tendo, a partir de hoje, 18,8% de redução da sua conta de energia elétrica.

Que pena! Você que está nos acompanhando pela TV SINAL, que mora aqui neste estado tão pujante que é o Paraná, não comemore essa notícia, não. Infelizmente, não comemore.

Como seria bom dar a notícia que os paranaenses também estão sendo contemplados com a redução em 18,8% na sua conta de luz, que é cara! Não vem com esse papo furado que no Paraná a conta de luz é barata. Barata para autoridade que não paga energia elétrica, mas para a população da classe trabalhadora, dos aposentados, dos assalariados, não!

Meu Deus do Céu! Quantas vezes chega aquele caminhãozinho da COPEL com aquela escada. Oh, hora maldita! O eletricitista sobe no poste e corta a energia elétrica da família e a família fica com vergonha, porque é uma vergonha, os vizinhos ficam gozando: “Caloteiro, não pagou, a COPEL veio e cortou a luz!” E a pessoa que teve a energia elétrica cortada conta uma mentira para o vizinho: “Ih rapaz, deu um defeito na instalação elétrica, a COPEL veio e estou sem energia!” Não pagou, eles cortam mesmo a energia elétrica. O coitado que está humilhado, sem energia elétrica, muitas vezes tem que contar uma mentira que ninguém vai acreditar porque a vizinhança está toda de olho, gozando dele, sem saber que mais tarde também poderá ter o fornecimento de energia suspenso pela COPEL. Quem não pagou, eles cortam, como cortam telefone, como a SANEPAR corta o fornecimento de água para quem não pode pagar a tarifa.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Sr. Presidente, está aqui uma notícia que é muito boa: a conta de luz 18,8% mais barata, mas infelizmente não no Paraná, não na conta da COPEL e em outras empresas que tem no nosso estado. Os estados beneficiados com energia elétrica mais barata, a partir de hoje, são: São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Vou voltar a repetir. São 11 milhões de brasileiros, uma boa parte de São Paulo que, a partir de hoje, vão ter a redução, a diminuição na tarifa da conta de luz dos brasileiros que moram numa boa parte do interior

de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Belinati, quero parabenizar esses contemplados com esse desconto de energia, mas por que só uma parte de São Paulo? Nesses quatro estados deve ter mais de 50 milhões de habitantes. Por que só uma parte se enquadra nisso? No Paraná tem uma parte da população que nem paga ou paga quase nada. É o mesmo programa que tem nesses estados? V. Exa. poderia explicar por que não no estado todo?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Veja bem, não sou Deputado nem em São Paulo, nem em Minas, nem no Mato Grosso, nem no Mato Grosso do Sul. Sou Deputado do Paraná.

Nobre Deputado Dobrandino, estou aqui para fazer um apelo para que esse mesmo benefício que foi dado lá seja dado a todos os paranaenses. Estou aqui como Deputado, representando o povo do Paraná, e cabe aos Deputados dos outros estados questionarem à ANEEL, que é a Agência Nacional de Energia Elétrica, porque apenas uma parte da população desses estados foi contemplada. Lembrando que estava vendo qual é a incumbência, qual é a missão da ANEEL, ela estipula o preço máximo que pode ser cobrado na tarifa de energia elétrica, mas se o Governador da Bahia, do Paraná, do Sergipe quiser que a energia elétrica tenha custo quase zero para a população, cada estado tem autonomia e independência para fornecer energia elétrica barata para a nossa população.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Com muita honra, grande mestre, o pé vermelho, londrinense, Romanelli. Aliás, não sei por que V. Exa. vai a Cornélio Procópio e diz que é de Cornélio Procópio; vai a Bandeirantes e diz que é de Bandeirantes; diz que nasceu em Cornélio, foi batizado em Bandeirantes, fez a comunhão em Londrina. Estou curioso para saber onde, de fato, nasceu o Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Bom, como cristão nasci na paróquia Nossa Senhora da Paz, lá em Londrina. V. Exa. conhece, mas quero dizer que como londrinense tenho muito orgulho de ser um bom pé vermelho, embora, claro, ame a nossa querida Cornélio Procópio, Bandeirantes, todo nosso norte pioneiro e este Paraná por onde já pudemos, felizmente, fazer muita coisa boa.

Deputado Belinati, quero dizer que não escutei o início do seu pronunciamento, mas V. Exa. sabe que, no início deste Governo, em 2003 ainda, o Governador

Requião determinou que a COPEL não aplicasse um aumento autorizado pela ANEEL de 25% na tarifa de energia elétrica dos paranaenses...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Está confirmando o que eu falei, que a ANEEL estabelece a energia máxima. Você poder fornecer energia de graça para o povo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Mais ou menos, não é bem assim, porque a COPEL, como todas as empresas, tem que comprar agora no leilão a energia. Estamos mesmo vendendo a energia que geramos e temos que comprar essa energia no leilão que a própria ANEEL faz.

Temos no Paraná, além das políticas sociais, da Luz Fraterna, os programas de incentivo, como dar a instalação de indústrias, que incluem a redução, ou seja, o deferimento do ICMS da energia e o quilowatt/hora mais barato do nosso país.

Gostaria que V. Exa. pudesse se aprimorar no tempo, porque identificará que a nossa tarifa aqui no Paraná é a mais barata do país e seguramente como empresa lucrativa. O senhor viu o lucro que a COPEL deu no ano passado, pela boa gestão, sem a sensação daqueles contratos onerosos de uma empresa que estava com um baita de um prejuízo em 2002 e que se recuperou graças à boa gestão que foi feita naquela empresa.

Entendo que esse tema é importante, na medida em que V. Exa. fala a linguagem do povo. Ele tem mesmo que pagar a menor tarifa de energia, não pagar o aumento como determinou o Governador Requião, na tarifa de água, porque isso é mais dinheiro que sobra no bolso do trabalhador. Isso é fundamental para podermos superar essa profunda desigualdade social. V. Exa., quando foi Prefeito, conheceu isso mais do que ninguém, mais do que tudo, que na prática já fez muita coisa boa para atender o povo.

Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado Romanelli, pelo seu pronunciamento sereno, de um grande Parlamentar.

Gostaria de pegar uma carona com o que falou o Deputado Romanelli. Os telespectadores ouviram o Deputado Romanelli, muito inteligente dizer que a COPEL deu lucro, que tem dinheiro em caixa. Muito bem, parabéns à diretoria da COPEL. Não estamos aqui para pregar que a COPEL tem prejuízo. O fato do Líder do Governo, Deputado Romanelli, confirmar que a COPEL teve lucro, o que foi muito bom, isso mostra que a COPEL tem condições também de implantar esse desconto de 18,8%, para baixar a conta de luz do nosso povo.

Lembro aos nobres Pares que não faz muito tempo que o Governador Requião, pela sua Bancada majoritária nesta Casa, aprovou uma autorização para que a COPEL

utilizasse mais de R\$ 4 bilhões, para construir praças de pedágio no Paraná. Esse dinheiro só não saiu do caixa da COPEL para construir as praças de pedágio porque ela perdeu a concorrência. Quem bom que a COPEL tenha R\$ 4 bilhões disponíveis no caixa, até mesmo para construir praça de pedágio.

Na minha defesa, Deputado Romanelli, muito melhor do que praça de pedágio - assumo o compromisso de vir a esta tribuna para bater palmas ao Governador Requião e a toda a sua Bancada que está sendo comandada pelo Deputado Romanelli, se o Governador Roberto Requião implantar no Paraná essa mesma redução para a conta de luz do povo do Paraná ficar 18,8%, quase 19% mais barata, como está acontecendo a partir de hoje, quando a conta de luz dos consumidores de parte de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais estão pagando quase 19% a menos, mais barata a tarifa de energia elétrica. Que esse benefício venha para o Paraná também, para dar um folga, um alívio no judiado bolso dos chefes de família do Paraná.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana que vem, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, tendo sido escolhido delegado na Convenção Estadual de Educação, estarei em Brasília, quando acontece a I Conferência Nacional de Educação Básica, de 14 a 18 de abril. É um acontecimento histórico no Brasil, no momento em que através de ações do Governo Federal, principalmente, a problemática educacional é colocada no centro das preocupações da sociedade brasileira. O Governo Federal lançou o plano de desenvolvimento da Educação e trará, sem dúvida nenhuma, grandes mudanças, além daquelas que já trouxe.

Eu pediria, por este motivo, faço um apelo não só à presidência desta Casa, mas também ao Deputado Rossoni e aos outros Deputados, que o veto, política de minha autoria, sobre a regularização ao registro de diplomas daqueles alunos, 35 mil paranaenses que fizeram curso na VIZIVALE, não seja colocado a semana que vem.

Hoje pela manhã conversei com o Deputado Nelson Justus, ele tem boa vontade neste sentido, este projeto volta a ser discutido na semana posterior à semana da Conferência Nacional de Educação. Mesmo porque alguns membros da Comissão formada em Audiência Pública estarão presentes na Conferência Nacional. É o caso do Prefeito Eugênio, na Nova Laranjeiras, é o Presi-

dente da Associação dos Municípios do Paraná, é o caso também do professor José Lemos, que é Delegado, Presidente da APP, suplente de Deputado Estadual do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores; e esta Comissão estará de certa forma de prontidão em Brasília. Qualquer novidade que aconteça ou a necessidade de nos reunirmos com o Conselho Nacional ou o Ministério da Educação, vou entrar em contato com os demais representantes, que são representantes da UNDIME, que também estarão lá, o professor Paulo, da VIZIVALE, o Promotor de Justiça, Secretaria de Ciência e Tecnologia. De qualquer maneira, acho que poderemos fazer reuniões extraordinárias da Comissão, na defesa do interesse destes estudantes, como todos os senhores já conhecem, que foi debatido profundamente nesta Casa de Leis.

Amanhã, dia 10, teremos uma resposta do professor Gregory, que é Coordenador da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação sobre a proposta que ele mesmo nos encaminhou na reunião que tivemos, em Brasília. Audiência marcada pelo Deputado Federal Ângelo Vanhoni, parecer da consultoria jurídica do Ministério da Educação, consolidando a idéia que a responsabilidade pelo curso da VIZIVALE é do Conselho Estadual de Educação e não do Conselho Nacional.

Já houve uma conversa com o professor Romeu, que é Presidente do Conselho Estadual de Educação, com um ex-técnico do Ministério da Educação e parece que está consolidada a idéia deste parecer. Apenas informações que tenho, que não são concretas, ainda, mas que seria encaminhada ao Conselho Nacional, para ouvir o Conselho Nacional.

Se for necessário, faremos uma reunião em Brasília, com o Presidente do Conselho Nacional de Educação, para esclarecer com mais profundidade as questões que afligem, não só os professores - é bom que se diga - mas afligem os Prefeitos dos municípios, que contrataram estes professores ou que deram avanço na sua carreira, que têm problema, hoje, no Tribunal de Contas, pela falta de diploma, que não foi reconhecido pelas instituições de ensino superior do estado do Paraná. Mas, principalmente nossas crianças, neste novo momento nacional. O Paraná não pode ficar sem 35 mil pessoas capacitadas para lecionar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental, 1ª a 5ª séries do ensino fundamental.

Quero usar desta tribuna e sei que é um assunto que interessa a muito gente, a própria imprensa tem divulgado bastante ação neste sentido, temos recebido bastante e-mails de pessoas que estão muito preocupadas, há muito tempo sendo prejudicadas por este problema. O Conselho Estadual de Educação autorizou o curso, as pessoas fizeram o curso de boa-fé, pagaram cerca de R\$ 4 mil para fazer o curso, freqüentaram as aulas, saíram de suas casas, muitos tiveram que viajar, e agora estão neste impasse.

Entendo também que, no que voltamos de Brasília, precisamos ter uma conversa com nosso Governador,

para mostrar nossa posição a ele. Esta Comissão, que é ampla e representativa, deve conversar com o Governador para esclarecer uma série de assuntos, porque depois que conseguirmos esta decisão do Ministério de Educação, temos que convencer os Governos e os reitores das universidades a registrar os diplomas. Tenho certeza de que há a unidade nesta Casa, há a unidade no Conselho Estadual de Educação, no próprio Ministério Público, na UNDIME, para conseguirmos o registro desses diplomas.

Registrados os diplomas dos professores, teremos um segundo problema: aqueles estudantes que não cumpriram os pré-requisitos estabelecidos pelo Conselho Estadual, ou seja, que não estavam efetivos no exercício do Magistério quando fizeram o curso. Mas, o Conselho Estadual tem muita boa vontade, nós percebemos isso no professor Romeu e demais Conselheiros, para achar uma solução para que o mais rápido possível possamos então concretizar o diploma também para esses estudantes, mesmo que seja um curso complementar gratuito.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Péricles, quero deixar claro aqui que o seu projeto atendia o interesse daqueles que já são funcionários de Prefeituras. Isso dá de 12 a 13 mil alunos. Há um substitutivo meu que estende a todos aqueles que fizeram o curso. No meu modo de entender, um estagiário da Prefeitura que tinha a carteira assinada ou tinha decreto de nomeação e aquele que era um estagiário voluntário, os dois fizeram o mesmo curso e concluíram o mesmo curso, razão pela qual, nesse substitutivo, nós ampliamos para que todos viessem a receber. E, diga-se de passagem, esse curso, no seu início, atende e atendeu a reivindicação de que você pudesse ter melhorias na qualidade dos professores que lecionam nas escolas municipais nos primeiros anos da educação. Portanto, o objetivo está alcançado, há uma qualificação dos nossos professores que trabalham no interior. Portanto, insisto na tese de que nos esforcemos, todos juntos, no sentido de que possamos ter o registro de todos aqueles que concluíram o curso, até porque não é um curso permanente, ele teve começo, meio e fim. E se houve o curso, não foi suspenso durante o seu andamento, que ele seja agora reconhecido.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Caíto. Concordo plenamente com a sua posição, tanto que votei a favor do seu substitutivo, não coloquei nenhum óbice, porque concordo, exatamente, como conteúdo da sua observação: todos fizeram o mesmo curso, o mesmo conteúdo, o mesmo processo pedagógico, assim por diante. Por isso que esta Assembléia aprovou por unanimidade o substitutivo do Deputado Caíto Quintana. O que estou fazendo é a abertura de um leque para ver todas as possibilidades de intervenções nossas, para que cheguemos efetivamente a uma solução.

É importante que se diga que esse parecer da consultoria jurídica do Ministério da Educação, ele resolve de imediato uma etapa do problema, ele resolve o problema daqueles professores que cumpriram os pré-requisitos. A segunda etapa tem duas alternativas: ou o consenso do Conselho Estadual, ou derrubarmos o veto do Governador, que é a minha posição e do Deputado Caíto Quintana também. Claro que se quando formos votar o veto já não tivermos mais nenhum problema, melhor é, para que não haja qualquer tipo de dependência judicial, de conflito. Por isso, entendo que a forma mais correta de agir é conseguirmos o parecer em Brasília. Conseguindo o parecer, vamos em Comissão até o nosso Governador explicar em detalhes a situação. E se tivermos o aval do Governador, melhor ainda, não é verdade, Deputado Caíto? Nós podemos derrubar o veto e com o aval do Conselho Estadual, melhor ainda, porque se trata de um pré-requisito colocado pela legislação e pelo Conselho Estadual.

Acho que estamos no caminho correto, Deputado Caíto esteve conosco lá e o Deputado Litro também. Um caminho sereno, os autores do projeto, tanto o meu como o do Deputado Caíto, porque na verdade o que nós queremos é encontrar uma solução definitiva e o mais depressa possível para esse grave problema que aflige 35 mil paraenses.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Bom, Deputado Péricles, quero dizer que sou um defensor de resolver esse problema, até porque na própria origem do projeto de lei que foi votado nesta Casa, recebi um telefonema do Governador Roberto Requião na intenção de poder apresentar uma solução para que essas pessoas, enfim, que cursaram, fizeram o ensino à distância e, aliás, diga-se de passagem, de ótima qualidade, porque estão qualificados, possam ter uma solução. Tanto que o Governador havia disponibilizado a possibilidade da UEPG, da UNICENTRO, de fazer ela o reconhecimento desses diplomas.

Depois houve o substitutivo do Deputado Caíto Quintana ampliando para as outras pessoas que não exerciam as funções de Magistério.

Por que estou colocando isto? Porque nós sabemos todos, vindo uma decisão favorável do Conselho Nacional de Educação, aqui no Paraná a decisão política já está tomada. O Governador Requião só foi obrigado a apor um veto no projeto de lei por conta da orientação que recebeu do Ministério da Educação que disse a ele que era ilegal, que não podia, que não era essa a solução. Enfim, foi uma discussão entre Governo sobre esse tema.

Então, efetivamente dependemos da boa vontade do Conselho Nacional de Educação para que possamos ter uma solução. Agora, os instrumentos legais - tanto que nós votamos esse projeto em tempo recorde aqui para que de fato tivéssemos o instrumento.

Agora, seguramente, temos que ter a solução dada pelo Conselho Nacional de Educação que é um órgão do Governo Federal e que precisamos ter uma resposta positiva para resolver o problema aqui no estado do Paraná. E vou lhe dizer - a decisão já está tomada pelo Governador Requião que é a favor das 35 mil pessoas que cursaram o ensino à distância e se qualificaram como professores.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Inclusive, Deputado Romanelli, é bom lembrar que quando apresentei esse projeto foi em consenso com a nossa Secretária Lygia e com toda a base do Governador porque havia uma idéia única entre todos nós e o método que utilizamos acho que foi o mais correto. E depois, com o apoio e avanço do substitutivo do Deputado Caíto Quintana.

Só uma pequena correção, Deputado Romanelli, é ensino semipresencial, não é a distância. Esse é justamente o conflito. Então, o senhor falou...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Eu falei, porque na verdade ele acaba sendo à distância, na medida que usa a tecnologia do ensino à distância.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sim, mas como tem aula, aula...

(Vozes paralelas)

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Mas ele não é puramente ensino à distância, embora tenhamos que reconhecer que não há ensino à distância que não tenha também o ensino semipresencial. Todo ensino à distância também tem atividades semipresenciais.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Mas é que esse conceito é que é o objeto da polêmica. Então, esse detalhe é muito importante. Só por isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse momento em Brasília é de extraordinária importância. Vou dar apenas um exemplo - hoje está se discutindo aqui na Gazeta do Povo, estampa com manchete, os estudantes lutando novamente pelo passe livre estudantil.

Ora, é muito importante, um dos eixos da Conferência Nacional de Educação diz realmente: "Construção do regime de colaboração entre os sistemas de ensino." Porque veja, o estudante mora no município, aquele que estuda na 5ª ou 8ª série, é escola estadual ou, no segundo grau. Mas quem tem que dar o vale-transporte gratuito, se não houver subsídio do estado ou da união, é o município, ou os usuários do sistema, porque na medida que uma parte não paga a tarifa, aumenta para todos. Ou então o município subsidia, como acontece em Ponta Grossa, um projeto que fiz quando Vereador, depois de quatro anos aprovamos, e hoje em Ponta Grossa mais de

4 mil crianças carentes que não tem escola até 8ª série na vila onde moram, recebem da Prefeitura 42 passes para estudar. E como está havendo a universalização do ensino médio, do ensino infantil, esse problema passa a ser, estar no centro do foco da questão educacional.

E inclusive, talvez a Conferência Nacional coloque como paradigma uma mudança constitucional, porque até hoje no Brasil apenas o ensino fundamental é um direito público subjetivo, ou seja, a sociedade brasileira garante na Constituição que é a lei maior do país, o ensino para todos apenas até a 9ª série, 8ª série antes, hoje 9ª série, ou seja, se um pai não tiver vaga na escola pública para seu filho até a 9ª série ele pode entrar com mandado de injunção contra o estado brasileiro, nas suas diversas instâncias. Não acontece a mesma coisa na universidade...

(término do tempo)

Então, quero concluir esse tema que é muito importante. Se houver uma mudança na Constituição brasileira estabelecendo o direito público subjetivo para o ensino infantil e o ensino de 2º grau, o foco do acesso gratuito passa a ser central, porque se é um direito ter acesso à escola, os estudantes mais carentes que não têm escola onde moram precisam pagar ônibus, e não é gratuito mais. Então, volta ao foco a questão do passe livre para estudantes do 2º grau também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Grande Expediente, por 15 minutos, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, V. Exa. deve estar observando que estou um pouco abatido - não é abatido porque eu não me abato nas dificuldades - mas sinceramente estou triste, muito triste, porque nós temos feito um esforço, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Plauto, Deputado Dobrandino, Deputado Praczyk, nós temos feito um esforço para fazermos Oposição. Imaginaram essa Casa sem Oposição? Viraria num marasmo, sinceramente, desculpem os colegas aqui, o contraditório é que dá aqui a luz! Mas, quero pedir aqui aos colegas Deputados, não tenho mais o que pedir aos colegas Deputados de Oposição, não tem mais jeito de fazer esforço maior!

Está aí o seu projeto - ontem - Deputada Rosane, um projeto que achei que seria uma festa nesta Casa para comemarmos a sua idéia. De repente derrotado, com deboche, debochadamente, tramam as coisas como se nós, Deputados de Oposição, fôssemos a pior espécie de ser humano da sociedade! Eu, como pai, como avô, até o nosso Presidente hoje me contava, com alegria, é avô também, e eu disse para ele: vai ser um marco na sua história, antes de ser avô e depois de ser avô. Agora ele vai

começar a ir para casa antes para ver o netinho, como eu faço. Tenho esses princípios na minha vida e uma das coisas que prezo muito, primeiro: eu me sento naquela cadeirinha ali, Deputado Luiz Carlos Martins, e por mais que o Deputado lá seja combativo contra as minhas idéias, eu ouço educadamente, não concordo mas ouço, depois subo aqui e aí respondo. Mas, o que está acontecendo com a Oposição nesta Casa, a forma debochada, desrespeitosa, a forma como estão levando, vou dar aqui um exemplo, Deputado Luiz Carlos Martins - agradeço pela simpatia de estar me ouvindo - nós aqui aprovamos um requerimento, quero aqui reconhecer que a Bancada do Governo, neste requerimento teve uma atitude louvável, aprovou o nosso requerimento. Mas eu fiz, Deputada Rosane seis pequenas perguntas pontuais que é uma das coisas que estão sendo questionadas aqui.

(Lê):

“1. Quais as áreas de terras desapropriadas? Informar as matrículas junto ao Cartório de Registro de Imóveis da comarca da situação de cada imóvel.

2. Informar os números e a publicação dos decretos declaratórios da utilidade pública para fins de desapropriação, de cada uma das áreas.

3. Quando, por quem e baseadas em quais referenciais foram procedidas as avaliações para efeito de determinação do preço das indenizações? Houve questionamento judicial ou extrajudicial? Foram procedidas novas avaliações para pagamento das indenizações devidas? Quem as procedeu? Informar a habilitação dos respectivos avaliadores.

4. Quais os valores inicialmente avaliados e, em caso de novas avaliações, quais os novos valores estabelecidos e as justificativas para tanto, de cada uma das matrículas?

5. Já foram procedidos os pagamentos das áreas desapropriadas? Quais? Quando? Quanto?

6. Houve acordo para pagamento dos valores estabelecidos nas avaliações e respectivas revisões? Estes valores sofreram atualização monetária, e incidência de juros, vencidos e vincendos? Quais os valores efetivamente pagos e quando? Existe saldo a pagar? Informar separadamente cada uma das matrículas”.

Esse foi o nosso requerimento pontual, se eu estiver equivocado me chamem a atenção. Parece-me que o requerimento foi pontual em cima de um assunto e pedindo resposta.

O Governo, se tivesse um pouco de respeito pelo nosso trabalho - vamos transformar esse estado aqui, num reinado. Tem o “rei-quião” e os seus súditos, aqueles que ajoelham e dizem amém.

O Governo poderia ter respondido este requerimento em uma folha. Quero mostrar para os senhores, dá uma olhadinha aqui, o que responderam - (mostra seis caixas “Anexo Carta SANEPAR”). Quero que o povo paranaense olhe o volume. Por favor TV Assembleia, mostre o volume. Quando o Governo poderia ter respondido com uma folha ou duas no máximo, se de repente a

pessoa tivesse dificuldade de se expressar, com duas folhas.

Logo em seguida, com todo o prazer, Deputado Romanelli, mas vamos manter aqui o equilíbrio. Não se agite, fique tranquilo, V. Exa. tem a Liderança do Governo. Na verdade estou fazendo um desabafo.

Está aqui o volume de documentos. O Governo acha que a Oposição é massa de manobras deles. Sabe o que eles mandaram nesses documentos aqui? Disseram na resposta o seguinte: “Estão aí as cópias dos processos judiciais e extrajudiciais. Procure no meio disso aí as respostas”.

É desrespeito ou não é?

Quero dizer aqui, com todo o respeito, por que não manda no pen drive?

A tevê laranja, eu já tenho lá no gabinete. Nos reuniríamos lá, colocaríamos o pen drive, na tevê da Oposição que é mais barata, da laranja. Nós assistiríamos, porque temos um expert neste assunto, que é o Pastor Praczyk. Ele daria uma aula para nós.

Quero oficialmente - a população do Paraná está me assistindo neste momento, os meus colegas Deputados da Oposição - quero agradecer o apoio que recebi dos Deputados do Governo, que aprovaram esse requerimento, mas devolvo esses documentos.

Se eles não tiverem o que fazer com esses documentos, eles que transformem, não joguem e não queimem, como pão de mel, aquele que compraram e que estragou nos armazéns, um volume monstruoso de pão de mel, e as crianças teriam que receber na merenda escolar e foi enterrado. Não enterrem, porque é contra o meio ambiente; não queimem, porque vai fazer poluição; transformem isso aqui em um papel que pode ser aproveitado em muitos lugares, nos gabinetes do Palácio Iguaçu.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Deputado Rossoni, o que sinto neste seu desabafo e nestas caixas que chegaram aqui, olha o que está escrito nas caixas: “Água é saúde”. Democracia é saúde. O que sinto vendo tudo isso? O tamanho do estado burocrático. Sabe por que o Brasil tem dificuldades de ir para frente? O Brasil tem ainda dificuldades e o próprio Presidente Lula reclamou esses dias: “Este país é muito burocrático, é papel para lá, papel para cá”.

Imagine, Deputado Rossoni, o número de pessoas para preparar tudo isso aí, que não tem nada com nada.

Sinto-me envergonhado, como V. Exa. Estou percebendo que há gente interessada em transformar este Plenário, esta Assembleia num circo, palhaçada, e não temos vocação para isso. Não fomos eleitos para isso.

Isso é palhaçada!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Imagine, Deputado Luiz Carlos Martins, não tinha falado com V. Exa. Como estou indignado.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas) (Aparte)

Escuto e tenho conhecimento desse requerimento que foi encaminhado à SANEPAR. É brincadeira! É um desrespeito com o Poder Legislativo, que tem a prerrogativa de fiscalizar. Quando se pode responder uma, duas folhas, eles mandam uma barbaridade dessas. Vamos pedir para que eles venham aqui estudar e ler tudo isso que está aqui. Com certeza aqui não tem nada relacionado a tudo aquilo que queremos saber, fiscalizar e trazer à tona. É uma vergonha o que o Poder Executivo está querendo fazer com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Nelson Justus - V. Exa. está aqui presidindo esta Casa, Deputado Augustinho Zucchi agora no exercício. Relatei aqui o desrespeito que estão fazendo com a Oposição. Uma forma de não responder. Mandam um calhamaço de papel e nada do que está aqui se trata do que nós perguntamos. Fizemos seis perguntinhas que com uma folha de papel poderiam ser respondidas.

Eles mandam cópia de processos judiciais e extrajudiciais para encontrarmos as respostas.

Quero dizer aos Pares desta Casa que não podemos perder nosso tempo com a vontade do Governo. O Governo está no tempo da pedra. Ele está ainda no século XV. Nós não estamos. Estamos na era eletrônica. Estamos num momento em que você reduz a um pen drive.

Deputado Nelson Justus, não sei se devolvo a V. Exa. ou devolvo a alguém do Governo, porque acho que é muito mais fácil, eles têm mais assessoria.

Devolvo esse absurdo de desrespeito a esta Casa, porque não é só a mim, mas a todos os Parlamentares. Eles que encontrem as respostas nesse calhamaço de papel e nos encaminhem a resposta. Nós vamos vir e elogiá-los. Mas querer aqui induzir a Oposição, intimidar a Oposição, jamais! Ser conivente com a corrupção, jamais! Andar na época da pedra ou no século XV, jamais!

Faço talvez o meu pronunciamento, sempre sou um cara que vem aqui e até às vezes tenho que me controlar, porque tenho um ímpeto italiano para falar baixo, ser tranqüilo, mas hoje vim aqui triste, aborrecido, porque vou trazer na segunda-feira um outro caso de desrespeito. E assim sucessivamente.

Acho que o Governo poderia fazer, para provar o tamanho da sua honestidade, carregar uma carreta de papel e trazer aqui. Aí é uma carreta de 30 toneladas, o tamanho da honestidade do Governo, porque parece que é o volume que prova que as ações do Governo estão corretas. Não! A ação do Governo é a transparência, é a vontade de mostrar à Oposição que é o nosso papel. O que é que vou dizer à sociedade se eu estiver aqui dizendo amém o dia inteiro? Estou feliz com o exercício de Parlamentar, estou feliz com o exercício da Liderança da Oposição, porque ando na rua, no shopping, no mercado, vou cortar o cabelo, aonde eu vou encontro pessoas: “Ros-

soni, continue assim, fiscalizando”. Porque o debate é saudável e tem muita gente nos assistindo.

Vou trazer aqui uma série de desrespeitos, que considero, do Governo com a Oposição. Mas devolvo os processos judiciais e extrajudiciais que não eram objeto do nosso requerimento. E espero que ao mostrar estes documentos demos um exemplo à sociedade. Vamos usar pen drive e vamos cuidar do meio ambiente, Deputada Rosane. Como não aprovaram seu projeto, ontem, que quer que use madeira reflorestada e eles querem que use madeira nativa - vamos sair derrubando pinheiro, imbuia, é o que eles querem - vamos devolver o papel para cuidar do meio ambiente.

Paraná, não estamos aqui para fazer papel de trouxas. Estamos aqui para ser excelências, Parlamentares, sermos respeitados, e não sermos intimidados!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quero fazer, em nome do Deputado Caíto Quintana, um convite para a cerimônia de lançamento da marca Produtos, Serviços e Projetos da Associação de Bailarinos e Apoiadores de Balé do Teatro Guaíra, na qual haverá a apresentação de um trecho da obra Romeu e Julieta, hoje à noite, e também com a Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná. Está registrado o convite.

Também me passa o Presidente Nelson Justus uma Audiência Pública da Secretaria da Fazenda, apresentação dos dados relativos ao cumprimento das metas do terceiro quadrimestre de 2007, a realizar-se em 10 de abril de 2008, amanhã, às 10h, neste plenário, com a presença do Dr. Heron Arzua.

No horário destinado ao Bloco PPS/PMN, concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)**O SR. MARCELO RANGEL**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do estado do Paraná.

Subo à tribuna da Oposição para falar sobre Segurança Pública, sobre a imprensa, pois já ouvi aqui na Assembléia Legislativa vários pronunciamentos dizendo que a imprensa, muitas vezes, pauta nosso trabalho, o trabalho dos Deputados, e isto não deixa de ser verdade. Assim como o nosso trabalho, na grande maioria das vezes, auxilia o trabalho jornalístico.

Enquanto o Deputado Romanelli está carregando a pilha de documentos que mandaram para a Bancada de Oposição, demonstrando total desrespeito à Assembléia Legislativa, total desrespeito à Bancada de Oposição, vou aguardar, porque existe uma conversa paralela.

Tanto a imprensa como nós, políticos, estamos em contato direto com o povo - e os setores se completam, deve existir essa cooperação mútua. Por exemplo, o problema do porto foi abordado por um jornalista da Gazeta do Povo, Sr. Celso Nascimento, que inclusive foi proces-

sado em milhões de reais, mas é um problema gravíssimo que está atingindo o estado do Paraná. E diante da gravidade dessa notícia a obrigação nossa, obrigação minha como Presidente da Comissão de Transportes também, assim como a obrigação de cada Parlamentar que está nos ouvindo neste momento, abordar e averiguar se existem realmente esses problemas, pois atingem todos os cidadãos deste estado.

Na semana que vem já está agendado, vamos receber na Comissão de Transportes o Diretor de Operações para elucidar tais denúncias. Saiu da imprensa a notícia, como poderia sair de uma dona de casa, ou de um jovem universitário. E nós teríamos a obrigação de fiscalização; assim como nós que estamos falando sobre Segurança Pública há tanto tempo aqui na Assembleia Legislativa sobre a valorização dos nossos policiais, sobre aumento de contingente, e a imprensa está fazendo a sua parte também, baseando-se no nosso trabalho. Está aqui na primeira página da Gazeta do Povo, um dos mais importantes jornais do Brasil: “Paraná ignora verba federal destinada à Segurança Pública”.

Enfim, a imprensa também se baseia no nosso trabalho. O que eu estou querendo dizer com esse meu pronunciamento é que o Governo não admite nem orientações por parte dos Deputados do Governo e por parte da imprensa, que por muitas vezes foi denominada pelo próprio Chefe do Executivo como imprensa canalha, os apedeutas.

Pois bem, fiz essa introdução para dizer que na semana passada falei sobre valorização dos profissionais, e aqui os Deputados até me apartearam de maneira positiva dizendo que realmente precisamos pensar no soldo que está defasado. Esse soldo no estado do Paraná está irregular, Srs. Deputados, o soldo é de R\$ 314 no máximo, sendo que devido à Emenda nº 019, de 1988, o soldo no mínimo teria que acompanhar o salário-mínimo vigente no país, e nós pedimos mais, teria que acompanhar o salário-mínimo regional, porque é muito fácil, Deputado Rossoni, falar sobre aumento de salário, mas para a iniciativa privada, quando é o empresário que vai pagar o salário. Agora, o Governo precisa fazer a sua parte também, tem que dar os mesmos benefícios para os servidores públicos, a começar pelos policiais. E aí tentam, de todas as maneiras, desmoralizar o nosso trabalho.

Tenho o maior respeito por quem trabalha, seja ele quem for, se for da Bancada do Governo, se for o Governador, terei a humildade de vir aqui na Assembleia para falar sobre trabalho bem feito. Mas não concordo e fico indignado também quando desmerecem o nosso trabalho. Quando eu falei que os policiais não recebem reajuste há muitos e muitos anos, desde 2003, eu levantei as informações com os próprios policiais, e a quem estiver me assistindo neste momento, pergunte a um policial há quantos anos não existe reajuste salarial. Reposição salarial é outra coisa, é constitucional.

Esse documento, que foi material de teatro nesta Casa, está sendo contestado na Justiça pelos próprios policiais.

Já falei, o soldo do Paraná é de R\$ 314. Completamente errado. Quanto é o salário-mínimo?

Nesse projeto, que foi aprovado nesta Casa, para tentar resolver uma questão do Poder Executivo, através de gratificações, não conseguimos resolver por inteiro a situação.

Os Oficiais acima de Capitão não recebem reajuste desde 2003. Estão contestando na Justiça, porque eles merecem valorização. Temos diversos outros tipos de problemas na área da Segurança, a começar pela falta de efetivo, que é um dos menores efetivos do país. Mas, com certeza, a valorização é uma das causas da insegurança.

Encerro dizendo que os ataques pessoais à imprensa, muitas vezes denominada de canalha, aos críticos considerados apedeutas, os Deputados de Oposição que são tachados, inclusive por colegas, de maneira irresponsável, por mentirosos, não irão esconder as verdadeiras mazelas que se tenta esconder do nosso povo.

Deputado Romanelli, quando nos dirigimos a V. Exa., que exerce com competência a Liderança do Governo, tentamos, através dos nossos pronunciamentos, consertar, muitas vezes, o que está errado. Não queremos um estado pior, um Governo ruim. Pelo contrário, queremos avançar.

Por isso que estamos falando de Segurança Pública. E não concordamos quando o Secretário vem a esta Casa e diz: “Com ressalvas - a imprensa não pode.”

Já falamos, várias vezes, que nos países de primeiro mundo o Parlamento recebe o 1º Ministro, que tem que prestar contas do que está fazendo, toda quarta-feira.

Entendo quando o Deputado Romanelli diz que o Secretário, vindo aqui nesta Casa, pode não resolver tudo, mas ele tem a poderosa caneta e os direcionamentos corretos ele pode adotar. Mas precisa ter humildade. Humildade de reconhecimento, pois o trabalho do Parlamentar da Oposição é de extrema importância para a democracia e para os avanços sociais no nosso país e no nosso estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PR/PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou falar, mais uma vez, de Segurança Pública, porque a Segurança Pública precisa ser tratada, não como mês da mentira, mês daquelas palavras fáceis, daqueles discursos que é só dar aumento que tudo se resolve.

Quero, mais uma vez, cumprimentar a nossa valerosa tropa da Polícia Militar, que tem atuado de forma brilhante em Ponta Grossa. Vamos falar de Ponta Grossa. Não vamos fazer, aqui, um pop star genérico, vamos tratar do assunto Ponta Grossa, campos gerais.

Deputado Péricles, 10 dias sem um homicídio. Eu falava para os jornalistas ali e eles se assustavam: “Mas, outro dia, alguém falou, nesta Casa, aqui...” Eu disse para eles: pára, é abril. Abril é o mês da mentira! Tem que dar um tempo. Abril é o mês da mentira! O jornalista levou um susto quando contei que foram 31 homicídios, ano passado, em Ponta Grossa, contra mais de 100 das grandes cidades. Este ano, Deputado Romanelli, 21 veículos furtados, 20 recuperados em Ponta Grossa. É um espetáculo! Isso se deve a esses valorosos policiais, que devem ser reconhecidos, que receberam do Governo Requião aquela dívida atrasada que o Governo pagou em 10 pagamentos. Tem gente que não sabe ou não quer mostrar, mas o Governo pagou em 10 pagamentos algo que vem lá de trás. Nós aprovamos nesta Casa. O Governo Requião pagou em 10 pagamentos, se não me falha a memória, uma reposição. Não sei corretamente, mas é por aí.

É bom dizer, também, que todo policial ganha uma bonificação - que acho que nenhum estado paga, já que o nosso é o pior - por armas apreendidas. Por cada arma apreendida, o policial recebe R\$ 100. Eu já nem me lembrava mais disso. É lei desta Casa, do Deputado Ratinho, se não me falha a memória. Enfim, falar de Segurança é preciso respeitar o mês de abril. Abril, Deputado Péricles, é o mês do pop star, o genérico pop star, muitas vezes, travestido de membro do povo, mas, costumamos dizer, provém das altas elites da nossa sociedade.

Os números da Segurança Pública não são os piores em Ponta Grossa. Precisam melhorar. Eu mesmo estou interessado em falar com o Secretário Delazari, eu e o Deputado Péricles, para pedir mais para melhorarmos os nossos números. Queremos melhorar os nossos números. Mas alguém, aqui, falou em imprensa canalha e eu, às vezes, acho que o Requião tem razão: há canalhas em todos os lugares. Há canalhas, sim. Em 2000, fui parar no Fantástico, uma matéria direcionada. Até hoje não entendo como cheguei lá, mas agora peguei os números aqui e vi porquê cheguei no Fantástico: alguém pagou. Foi o povo do Paraná. Seis milhões, 466 mil recebeu o “plim-plim” de Ponta Grossa em verbas publicitárias. Quase 6 milhões e meio, sem correção monetária. Quem pagou foi o povo do Paraná.

Por isso que o Requião, às vezes, é tachado de ruim. Eu fiz as contas dos últimos cinco anos do Requião e dos últimos cinco anos do Lerner, de publicidade. Vou dar um exemplo: a Rede Globo de Ponta Grossa recebeu do Jaime Lerner, nos últimos cinco anos, R\$ 2 milhões e 714 mil; do Requião um pouquinho mais de 1 milhão e meio. Não dá, não é? É muito pouco! No entanto, o Requião foi bom com alguns veículos de comunicação de Ponta Grossa. Tem veículo de comunicação que recebeu 3 milhões, um milhão. Tem veículo de comunicação,

senhores - ouvi Deputado reclamar que o Requião gastou demais e que o Lerner gastou demais, mas o Requião gastou mais do que o Lerner com alguns veículos de comunicação de Ponta Grossa, nos últimos cinco anos, em alguns meios de comunicação. Não é a nossa rádio. O Requião gastou mais nas rádios de Oposição do que nas rádios, como dizem, oficiais.

Enfim, aqui estão os números e às vezes percebo porque o Governador briga - os números são fantásticos. É muito dinheiro gasto em publicidade: 6 milhões para a Globo, 3 milhões para o jornal, 1 milhão e pouco para outra rádio - isso em cinco anos. É muita grana. Por isso que alguns perdem a essência da sabedoria e fazem esses discursos, que sabemos de onde vêm. Sabemos que é produto do 1º de abril, como o hospital regional. Amanhã, durante a Audiência Pública, vou entregar ao nosso querido Secretário Heron Arzua e ao Sr. Nestor Bueno uma foto do hospital regional. Ele disse aqui que queria garantir o dinheiro do hospital e garantiu. O hospital que era casinha de boneca, cemitério, perfume, placa ilustrativa, mentira do Jocelito, mentira do Requião. Tudo mentira, foi o Pinóquio que falou isso. Está lá, bonito, nas fase final, estamos comemorando e aplaudindo. Adoro aquela obra.

Se o meu mandato acabasse hoje por qualquer razão, eu seria o cara mais feliz do mundo. Com mais de 180 anos, não sozinho, mas ajudei a fazer o que nenhum Deputado ou político conseguiu fazer em Ponta Grossa. O Requião merece os elogios dessa obra, porque foi ele que deu a Ponta Grossa. Seremos gratos por essa obra, que daqui a pouco vai salvar vidas. Como a obra é tão boa, tem que inventar coisas novas. Estou acostumado e conheço o 1º de abril. Conhecemos as pessoas pelo que elas falam. Deus nos deu uma boca para falar e dois ouvidos para escutar mais. Infelizmente, fala-se demais. O mês de abril é consagrado ao dia da mentira, àqueles que mentem, até para eles e, às vezes, acreditam. O nosso hospital está lá e logo será inaugurado. Quero morrer como o Ribas de Castro, dentro do hospital que ele construiu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV.

Com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputado Pastor Edson Praczyk
(PRB)***

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Eu observava o pronunciamento do nobre Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni. Confesso que sei muito bem o que V. Exa. sentiu ou está sentindo na pele

com a entrega deste fato. Por ocasião do meu primeiro mandato, em 2000, fiz um pedido de informações para o então Secretário do Governo Lerner, sobre o fim, o destino final dos equipamentos de informática que tornavam-se obsoletos, tornavam-se inviáveis - em termos técnicos da utilização - para os muitos órgãos públicos ligados ao estado, uma vez que a máquina, o computador, não servia mais para rodar o sistema operacional mais moderno. Além de ter recebido um grande cansaço, Deputado Romanelli, que o Governo da ocasião, o Governo Lerner, demorou em me fornecer essas informações, quando a mim chegaram, isso depois de ter articulado inúmeras vezes para que o pedido de informações chegasse, ele veio, não em seis caixas como esse, veio em três caixas, e eu me senti exatamente como V. Exa., está se sentindo.

Por que trago este assunto à baila? Porque concordo com V. Exa. Assim como na época me senti desrespeitado e por que não dizer a Assembleia Legislativa foi desrespeitada pela falta de consideração do até então Governador Jaime Lerner, ou seus Secretários, eu endosso que V. Exa. ou a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por que não dizer a sociedade paranaense, é desrespeitada pelo atual Governo quando, em vez de informações concretas, simplificadas, acessíveis, manda seis caixas, o que humanamente, em tese, inviabiliza qualquer dedicação para se ter as informações que, como bem colocou V. Exa. poderiam ser fornecidas da forma mais simples possível.

Na ocasião, qual era a intenção deste Parlamentar? Fiz parte de uma CPI, a CPI que investigava o roubo de cargas das transportadoras. CPI esta que, na minha opinião, foi muito produtiva. Os Parlamentares que compuseram aquela CPI se debruçaram sobre o tema, estudaram, fizemos algumas sugestões que tornaram-se leis para tentar minimizar a questão do crime organizado, do desvio de cargas, transportadoras, e tal. Percebemos que havia uma falha na segurança e que as Delegacias tinham dificuldades de comunicação até para registrar as ocorrências das cargas dos caminhoneiros. Então, se sequestrava um caminhoneiro lá em Jaguapitã e a Delegacia local nem sempre mandava, em tempo hábil, o comunicado daquela ocorrência, o que facilitava, assim, então haver “n” fatores que favoreciam a continuidade do crime organizado nesse setor.

Então, pensei que se resgatássemos todas as máquinas “jurássicas”, todos os computadores que não serviriam para o sistema operacional proprietário e se implantasse nas Delegacias, por exemplo, transformando em uma grande rede de comunicação, por e-mails ou por mensageiros instantâneos, poder-se-ia então preencher essa lacuna: as Delegacias teriam um sistema barato, reaproveitando o que já existia na estrutura governamental e, conseqüentemente, se teria essa comunicação eficiente entre as Delegacias para sanar o problema de roubo de cargas no estado. E, como eu disse, o Governo daquela época, através do seu Secretário, desrespeitosamente mandou três caixas, exatamente daquele tamanho, para

este Parlamentar. Pirracento como sou, junto com o assessor, não precisei de muitos assessores, ficamos 83 dias para ser exato, estudando todos esses relatórios. Colocamos as informações em uma planilha e, ao final dos 83 dias, conseguimos aquilo que poderia ter sido, por consideração, por respeito, fornecido em apenas uma ou duas folhas de papel ofício, de papel sulfite.

Bom, endosso as palavras de V. Exa. Deputado Valdir Rossoni, quando diz que este Governo desrespeitou a Oposição, desrespeita o Parlamento, desrespeita a sociedade quando nega o que está mais do que evidente, negou as informações ou o pedido de informações, mais do que legítimo, da parte do Parlamentar das Oposições.

A crítica que faço não é trazendo à baila o Governo passado, porque também concordo, quando vários Parlamentares, principalmente da Oposição, Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, que não podemos, uma vez que outrora se errou neste ou naquele comportamento, não podemos usar isto como referência e agirmos igual. Não é porque outrora se impedia que prosperassem as solicitações de informações, que hoje este atual Governo, representado pelos Parlamentares que fazem parte da Situação, repitam essa gafe, repitam essa metodologia para impedir que se tenham as informações legitimamente solicitadas pelos Parlamentares.

Então, fica aqui a minha crítica ao atual Governo, como fica também o meu repúdio a esse *modus operandi* do Governo passado. Ora, se não há o que esconder, se não tem o que ocultar, se o Governo apregoa uma administração limpa, honesta, transparente, não traz parente, transparente, por que não facilitar? Há, Deputado Edgar Bueno, uma frase, não sei quem é o autor, essa frase diz mais ou menos assim: criar dificuldades para vender facilidades.

Bom, poder-se-ia, sem dúvida, a partir de agora, doravante se fornecer as informações solicitadas por qualquer Parlamentar, porque penso que com isso saí ganhando o Governo atual que chancelará que realmente há uma proposta de Governo literalmente séria e transparente; ganha a Assembleia Legislativa por fazer o seu papel, quer na Situação ou Oposição, os Parlamentares ganham porque um dos nossos papéis é a fiscalização, e ganha, acima de tudo, a sociedade paranaense.

Então, era o registro que eu tinha para efetuar nesta tarde, Sr. Presidente Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, telespectadores.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz a esta tribuna no dia de hoje é para falar do projeto de lei que está na Ordem do Dia e que considero um projeto importante para o setor produtivo do estado do Paraná.

O que é o projeto? O projeto dispõe sobre a venda reduzida do valor da tarifa da energia elétrica no estado do Paraná, no período noturno. Toda indústria, comércio, prestadoras de serviço e também a agricultura que ampliem os seus negócios para o período noturno, terão um desconto de 30% no valor da tarifa.

Vou aqui explicar como e o porquê. A energia elétrica é gerada, quase que na totalidade, pelas usinas hidrelétricas e elas geram energia 24 horas por dia. Durante o período diurno o consumo de energia é elevado e no período noturno o consumo é reduzido porque as grandes indústrias não funcionam à noite, funcionam de dia. Com isso, esse projeto de lei faz com que a energia que se perde à noite porque ela não tem consumidor, ela venha a ser vendida por um valor reduzido, fazendo com que as empresas que ampliem o seu negócio para o período noturno tenham os direitos de receber esta energia por um valor menor. Isso vai gerar mais empregos no estado do Paraná, vai ajudar o setor produtivo, em especial a agricultura, que na agricultura irrigada terá na redução de valor da tarifa um incentivo para se produzir mais. E também nós teremos mais geração de empregos e também mais arrecadação de impostos porque se vender mais energia o estado do Paraná estará arrecadando aos cofres públicos mais recursos através do ICMS.

É um projeto que no momento que entrou em discussão já recebeu apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná que nos procurou apoiando a idéia e espero que possamos, na Assembleia Legislativa do Paraná, aprovar este projeto ao molde de outros projetos como este que já existe em outros estados da federação e eu cito aqui o estado do Tocantins, que vende energia elétrica no período noturno até com 80% de desconto para a agricultura irrigada, repito, 80% de desconto!

Ele é bem claro e bem lógico. Se nós, durante o período diurno temos um consumo alto de energia, à noite nós perdemos energia. Naturalmente, essa energia que perde, que dissipa, nós queremos que o Governo do Estado ofereça por um valor menor ao setor produtivo para que ele possa ampliar o seu negócio no período noturno gerando empregos e naturalmente mais impostos para os cofres públicos.

Espero receber o apoio dos Srs. Parlamentares a este projeto que considero que é também um instrumento de atração de investimentos para o estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Elio.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Deputado Plauto, ouço seu pronunciamento com muita atenção e não é a primeira vez que V. Exa. usa esta tribuna e faz menção sobre uma diferenciação entre o consumo da energia elétrica no período noturno e o consumo da energia elétrica diurno. Por quê? Porque a ener-

gia elétrica produzida pela hidrelétrica e transmitida, ela tem condições de ser armazenada. A energia é produzida na casa de força e é transmitida, se não for usada ela se perde. Então, acredito que é muito louvável esta sua bandeira, Deputado Plauto, que o senhor defende com tanta veemência aqui na Assembleia Legislativa, que haja uma redução no custo de energia para as indústrias que usam essa energia no período noturno, porque essa energia se perde.

V. Exa. tocou na ferida mais essencial porque não é só o custo da energia que vai beneficiar o empresário. O empresário consegue ampliar a sua produção, ele ampliando a sua produção ele oferece mais mão-de-obra. Você tendo mais mão-de-obra você tem mais poder aquisitivo naquela cidade, o mercado vende mais, o posto vende, o borracheiro trabalha, enfim, você aquece a economia com medidas muito simples. Basta ter essa visão estratégica, então, tem que fazer acontecer.

Fazer acontecer esse fato da redução da energia elétrica no período noturno como já estão anunciando que a COPEL e o Governo do Estado iam reduzir o custo da energia elétrica para os criadores de frango no estado do Paraná. Não vi até hoje nenhum avicultor ser beneficiado, porque a própria COPEL não tem uma regulamentação, nem aceita a idéia da avicultura, não sabe como é que funciona ainda para a pessoa se cadastrar para ter esse benefício, mas essa sua idéia de defender a idéia tese da redução do custo da energia para as indústrias, para as empresas, que precisam da energia para movimentar os seus maquinários com custo reduzido, merecem, sem sombra de dúvida, os nossos aplausos. Tenho certeza que todos os Parlamentares aqui da Assembleia Legislativa e o próprio Governador do estado do Paraná haverão de entender essa necessidade e esse vosso pleito, que é um pleito, acima de tudo, do estado do Paraná.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

O período noturno começa às 18h e é estendido até às 7h da manhã. Naturalmente este é o período que teria, através desta lei, a oferta dessa energia reduzida às empresas que ampliassem os seus negócios para o período noturno.

Sempre gosto de frisar que essa energia é perdida, porque ela não é vendida, não tem consumo suficiente para ela. Se for perdida, ela dissipa, ela não é usada. Por que não oferecer como um instrumento de incentivo de atração de investimentos e, naturalmente, através disso a geração de riquezas no estado do Paraná, também em demais empresas?

Com o aparte o Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Plauto, V. Exa. está propondo um projeto, confesso a V. Exa. que não conheço o tema. Mas, quero dizer que V. Exa. terá o meu apoio na votação, por entender que é um processo importante. Por outro lado, queria tirar uma dúvida com V. Exa: o Governo tem

falado num projeto de irrigação da madrugada. Qual é a diferença da irrigação da madrugada para esse projeto de V. Exa? Sempre vejo o Governador falar que existe já um desconto do tal projeto de irrigação da madrugada.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Deputado Jocelito, esse projeto de lei é para que se venda uma energia reduzida para a indústria, para o comércio, para as prestadoras de serviço e, também, para a agricultura.

O Governo do Estado anunciou nos meios de comunicação um programa de venda de energia mais barata para a agricultura, quando ela é irrigada no período noturno. Não conheço com profundidade esse projeto, mas se está sendo vendida energia com preço reduzido, com certeza o Governo do Estado do Paraná está fazendo uma boa ação.

O que queremos é levar também para as indústrias, o comércio e às prestadoras de serviço. Espero que o Governo do Estado do Paraná - se nós Deputados chegarmos à conclusão e aprovarmos esse projeto - que o Governo sancione, bote e aplique essa lei que, com certeza, ganha o setor produtivo, ganham aqueles que estão atrás de emprego, para a ampliação na geração de empregos, e ganha o estado que vai arrecadar sobre aquela energia que é perdida no momento que ela dissipa nas redes de energia elétrica, para este estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, pelo PT, o Deputado Elton Welter, por 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, no dia de hoje tive uma informação muito extraordinária para o país, na medida em que o Fundo Monetário Internacional, que a economia do país crescerá neste ano, pelo menos para o FMI, eles elevaram a projeção de janeiro, agora reconhecido que vai crescer mais que o estimado, em janeiro, pelo menos próximo a 5%. Eles estimaram em 4,8. No início do ano tinham projetado em 4,5, um aumento de 0,3% em relação à projeção anterior.

Isso mostra que segundo o Fundo, o crescimento brasileiro será maior do que a economia global. Veja só que notícia boa. Como isso é importante, como isso gera alegria e felicidade ao povo brasileiro.

O país reconhecido pelo Fundo Monetário Internacional é uma das economias que vai crescer mais no mundo. Como isso é extraordinariamente positivo para o país.

Fico muito contente de pertencer ao partido do Presidente Lula. Desta tribuna agradeço a todos os partidos aliados que cooperam no sentido de legislar no Con-

gresso Nacional para que o país possa crescer ano a ano, com projeções que aumentem o poder de consumo. Que o povo brasileiro tenha cada vez mais o sentimento de nação, o sentimento de país, realmente independente e que possa cada vez mais negociar de cabeça erguida com os países do mundo.

Isso para nós do PT, é sem sombra de dúvida, motivo de muito orgulho para o meu partido e certamente para muitas pessoas que são simpatizantes do partido e de outras lideranças partidárias que são deste Plenário.

Também queria dizer neste momento, ontem em função do pronunciamento do Deputado Douglas Fabricio que falou que a Estrada Boiadeira não ia sair e assim por diante. Fui buscar informações junto ao DNIT.

Vamos fazer de ordem decrescente, como foi a ampliação do orçamento do DNIT em obras do Paraná. Isso também é motivo de muito orgulho para nós que somos do Governo. E isso reflete nas obras, diretamente, em todas as regiões do estado. Por exemplo, em 2008 está aprovado o orçamento e a tendência será de ter sido executado tudo. São R\$ 240 milhões do DNIT. Em 2007 foram executados 162 milhões. Estou fazendo em ordem decrescente. Aquilo que já foi aplicado, executado em obras do DNIT, no Paraná.

Em 2008 a previsão no orçamento aprovado, que aliás, está um pouco atrasado, porque a Oposição não quis votar o orçamento. Mas agora começou a ser liberado o recurso do orçamento da união. São 240 milhões para este ano. No ano passado foram 162 milhões; em 2006 foram 156 milhões; em 2005 foram 87 milhões; em 2004 foram 42 milhões; segundo ano do Governo Lula. Em 2003 foi o primeiro ano do Governo Lula, foram 21 milhões. Mas o ano de 2002, que foi o último ano do Governo FHC, foram R\$ 24 milhões.

Como já saltou ano a ano. O orçamento do DNIT tem se multiplicado ano a ano. Isso nos dá segurança que a Boiadeira vai ser executada na sua plenitude. Aliás, diga-se de passagem, a Boiadeira teve problemas nas licitações, teve preferência do TCU, mas o lote 1 já foi executado, o lote 2 será licitado em breve e o lote 3 está havendo uma revisão e também será ainda licitado e começará este ano.

Não temos dúvidas que este ano com relação à Boiadeira, todos os projetos que envolvem a Boiadeira serão ajustados com a questão ambiental. Os projetos serão licitados e que no ano que vem conseguirão certamente um orçamento suficiente para que ela seja plenamente concluída.

É porque tem hoje um planejamento de execução orçamentária que dá segurança para esses Diretores do DNIT e todos da federação. E o David que é o Diretor no Paraná está se sentindo muito seguro nas suas falas e dá muita segurança política para os políticos paranaenses que defendem este Governo, no sentido de proporcionarmos cada vez mais uma infra-estrutura adequada para os paranaenses escoarem sua produção e terem sua melhor forma de andar por todo o estado do Paraná.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Primeiro, agradeço as notícias que V. Exa. traz. E sua preocupação em buscar as informações sobre a Estrada Boiadeira. Estas preocupações que V. Exa. está trazendo eu também já trouxe no primeiro ano que estive aqui, porque fui ao DNIT, conversei com as lideranças. E é esta ânsia que nos deixa desanimados. Porque vai acontecer, vai acontecer, vai licitar, vai licitar, já passou um ano.

Então, agradeço por V. Exa. estar junto conosco nesta empreitada e vamos juntos lutar para que o Governo continue investindo mais, para que possamos ter, na nossa região, o sonho realizado da Estrada Boiadeira.

Muito obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Vamos continuar lutando juntos para que o orçamento da união seja executado na sua plenitude e cada vez mais haja dotação para a melhoria da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e hidroviária. Aliás, falando em hidroviária, vai ser licitada uma derrocação das pedras do rio Paraná para permitir a navegação do rio Paraná, Tietê. Vai ser uma explosão do ponto de vista da economia no oeste do Paraná. Vamos ter muito discurso a fazer, no sentido positivo, aqui, porque a região oeste do Paraná vai para o céu, vamos assim dizer. É a vez da região oeste do Paraná. O Governador já duplicou a Toledo-Cascavel, a ferrovia até Guaíra vai acontecer também, o gargalo de Guarapuava está resolvido, praticamente.

Então, não tem mais o que segure este país e vai ser uma grande locomotiva que vai proporcionar o desenvolvimento deste país, que será via trem, via estradas, via água. E a produção será cada vez mais facilmente escoada, com custo menor, fazendo com que haja mais riqueza, principalmente para os produtores.

Mas, Sr. Presidente, queria chamar a atenção um momento. Hoje, o Lacerda foi falar numa Comissão da Câmara Federal. O Lacerda é Diretor Geral da Agência Brasileira de Inteligência. Ele disse numa Audiência na CPMI, nesta quarta-feira, dos cartões corporativos, que todas as contas relativas à presidência da república e seus familiares devem ser sigilosas.

Quero dizer o seguinte, que em outras épocas talvez a Folha de São Paulo noticiasse da seguinte forma: “Querem matar o Presidente”. O que o Lacerda disse, aqui, e de fato as informações da presidência, dos gastos pessoais, devem ser sigilosos, por uma questão de segurança, porque segundo o Lacerda, o que ele descreve, até vou ler uma parte, até mesmo gastos supérfluos como vinho, toucas de banho, podem representar brechas para a segurança institucional. É óbvio que através de um alimento você pode envenenar quem vai consumi-lo.

Todo mundo sabe que um Presidente é vulnerável, ainda mais um Presidente da República que tem-se colocado como o Coordenador do Governo-20, uma pessoa

que tem conseguido, com seu português simples, convencer autoridades mundiais.

Então, não é possível que a grande mídia de massa continue fazendo isso. Se fosse no tempo do Fernando Henrique Cardoso, talvez a manchete da Folha de São Paulo seria assim: “Acho que a Oposição quer matar o Presidente”. Porque na medida em que se rastreia onde se compra a comida para o Palácio do Planalto, é possível alguém colocar veneno na comida do Presidente! Ou numa garrafa de vinho, ou seja lá o que for servido. Então, vamos parar com isto! Vejo esses noticiários falando, inclusive tem que ser preservado o sigilo do ex-Presidente FHC. Agora, claro, não está mais no poder, mas, tem gastos lá que se forem revelados, não é bom para o país, com toda certeza.

Portanto, acredito no Lacerda, que é da ABIN, que deu um grande recado nacional e todo mundo sabe que gasto da presidência tem que ser preservado por uma questão de segurança da presidência. E eu queria questionar exatamente a forma como a imprensa trata, muitas vezes, um tema como este que pode colocar em xeque a vida de um Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário do PSDB.

(Declina)

Horário do PDT. Com a palavra Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava aqui até agora e o Deputado Elton reforçou o meu pensamento. Eu me lembro que nos idos dos anos 70, 80, eu já trabalhava no rádio, Deputado Dobrandino. Não podíamos colocar o telefone no ar, não podíamos conversar com o ouvinte no ar, éramos vigiados o tempo todo, era o regime de exceção. Muitos foram perseguidos pelo regime de exceção, Deputado Péricles, muitos; muitos foram às ruas combater o regime de exceção como o Deputado Waldyr Pugliesi, que levantou a sua voz; muitos sofreram, muitos morreram e muitos trazem seqüela até hoje pelo regime de exceção. E um desses que foi às ruas e lutou bravamente contra o regime de exceção foi o Presidente da SANEPAR, o Stenio Jacob, como Leonel Brizola, como tantos outros corajosos foram às ruas e lutaram para que hoje nós todos possamos estar aqui divergindo ou concordando, aceitando ou não aceitando. Enfim, isso é o bonito da democracia, e temos que lutar por isso. Posso não concordar com nenhuma de suas palavras, mas tenho que lutar pelo seu direito de dizê-las. Posso não concordar com nenhum de seus pensamentos, mas tenho que lutar e defender o seu direito de pensar, de divergir. Não posso acreditar, Srs. Deputados, Deputado Alexandre Curi - que hoje esse jovem Deputado, com um

futuro tão promissor e com um presente tão pertinente e tão altaneiro, Deputado Alexandre Curi que hoje completa mais um ano de vida e neste instante recebe os parabéns do seu correligionário, o Deputado Stephanes Júnior - não posso acreditar, Deputado Romanelli, não posso acreditar que o Stenio Jacob, pela história do Stenio, pela democracia, pelo direito de divergir, não posso acreditar que ele saiba que foram mandadas todas essas caixas aqui, para responder sabe o quê, Deputado Edgar Bueno? Sabe o que nós da Oposição perguntamos? Foi desapropriado um terreno na cidade de Piraquara para construção de uma represa e esse terreno foi avaliado em R\$ 700 mil e a SANEPAR pagou 2 milhões e pouco pelo terreno que foi avaliado em R\$ 700 e poucos mil.

O que queremos saber é por que é que foi pago isso? Por que foram pagos 2 milhões e pouco e não 700 mil, como foi avaliado, Deputado Valdir Rossoni? Resumindo, não é isso. Então, em menos de uma folha de papel seria respondido, e não foi.

Gostaria de pedir ajuda dos funcionários desta Casa para trazerem aqui as caixas. Por favor, podem colocar aqui em cima da tribuna. Olhem, para responder uma simples pergunta sobre um terreno que foi avaliado em R\$ 700 mil e a SANEPAR pagou 2 milhões e pouco.

Nós Deputados fizemos um pedido de informações, que foi aprovado nesta Casa, para que a SANEPAR respondesse, numa folha só, e olhem o que a SANEPAR mandou aqui (aponta para as caixas). Quantos dias de trabalho? Quantas pessoas trabalharam em cima disso? E a resposta que veio para o nosso Líder da Oposição é que teremos que abrir estas caixas e procurar as respostas para aquilo que queremos. Isso é achincalhar esta Casa! É menosprezar os votos de todos nós Deputados. É uma ofensa aos eleitores que votaram em nós, Deputada Rosane.

Tenho que falar mais alguma coisa? Não precisa mais. Agora, o Governador Roberto Requião não sabe disso? Porque é uma ironia tão grande isso tudo! Podem levar isso para a tribuna do Líder do Governo, por favor. Deputado Romanelli, V. Exa. pediu, não pediu?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quem lhe encaminhou foi a 1ª Secretaria, atendendo um dispositivo do nosso Regimento. V. Exa. quer devolver os documentos que esclarece o pedido de informações, que aliás V. Exa. está falando de um tema que não tem nada a ver com o pedido de informação. V. Exa. não leu o requerimento. Não é o mesmo objeto.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

É o mesmo objeto. O que eu faço aqui com as caixas, Líder da Oposição? Vou levar para casa?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vamos entregar conforme a decisão do Presidente da Casa. O Presidente da Casa decide a quem devolve-

mos estes documentos - acredito serem documentos. O Presidente decide a quem deve ser devolvido. Se é ao Líder do Governo, se é ao 1º Secretário. Isso não altera a insatisfação nossa com o descanso e com o desrespeito.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Se eu fosse alto como o Deputado Romanelli aí eu aparecia, mas sou baixinho. Mas, não é o tamanho do homem, Deputado Alexandre Curi, que mostra a sua capacidade.

Estou contente, muito obrigado! Com certeza, o povo do Paraná não está!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. fez uma solicitação ou V. Exa. fez uma questão de ordem?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, coloco aqui, talvez não tenha sido claro. Estava até entendendo que o Líder já tinha recebido, mas agora o Líder fala de que tem que devolver à 1ª Secretaria. Coloco à disposição de V. Exa. que decide.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A partir do momento que chegou o material, independente do que seja, obviamente, encaminhado por uma empresa pública do estado, se é do entendimento de V. Exa. que não deve receber pelas razões já expostas, que não me cabe como Presidente entrar no mérito, mas creio que deva ser devolvido à empresa SANEPAR, razão da origem do material.

Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi o início do pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni e devo acreditar que ou ele não prestou atenção no que estava falando ou então, Deputado Rossoni, tenho que reconhecer... Calma, V. Exa. disse no início do seu pronunciamento o seguinte: "Está cada vez mais difícil ser Oposição aqui neste estado!" Foi isso que V. Exa. disse. E quero dizer a V. Exa. que está cada vez mais fácil ser Governo aqui neste estado, porque, sinceramente, quando o Governo atende o requerimento, encaminhamos favoravelmente o requerimento para ser aprovado aqui nesta Casa, V. Exa. arma um espetáculo. É verdade que vivemos na sociedade espetáculo. V. Exa. é um Parlamentar midiático, sabe utilizar bem os meios de comunicação e cria, traz um carrinho de transporte com informações valiosas.

Deputado Luiz Carlos Martins, pelo amor de Deus, V. Exa. é um Parlamentar inteligente. V. Exa. sabe que este requerimento formulado pela Liderança da Oposição

foi formulado para as desapropriações da barragem de Piraquara II. Em cada uma daquelas caixas existem as pastas que individualizam as desapropriações, com todo procedimento legal que foi adotado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de forma detalhada. Veja como é assustador o que estamos assistindo, aqui.

Deputado Praczyk, V. Exa. como Parlamentar tão cioso, falou de um tema que não sabia, mas, desculpe, naquelas caixas estão todos os documentos porque há uma complexidade grande na resposta. Aqui, por exemplo, em cópia que me foi oferecida pelo Líder da Oposição, Valdir Rossoni, está a síntese, hoje, de cada um desses procedimentos legais indicando os autos, à fase que está essa desapropriação. Ali estão os comprovantes dos documentários de cada uma das desapropriações efetuadas, relativas às desapropriações da barragem de Piraquara II.

Ora, V. Exas. hão de reconhecer de que uma hora o Governo é acusado de não fornecer as informações completas. Conversei com o Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, decidimos que daqui para frente as informações têm que ser absolutamente inquestionáveis. Vem aqui a Liderança da Oposição, recebe os documentos completos, esclarecedores de cada um dos detalhes. O que é que faz a Oposição, Deputado Jonas Guimarães? Quer devolver as informações recebidas, como aconteceu no ano passado, quando entreguei aqui neste plenário, Deputado Pugliesi, todas as informações relativas aos cartões corporativos. V. Exa. se lembra, Deputado Reni Pereira, que entreguei aqui. Sabe o que aconteceu no dia seguinte? O Deputado Rossoni me devolveu as informações dos cartões corporativos, dizendo que não queria. Aí, é claro, ele repetiu o famoso mantra dos cartões corporativos.

Todos os dias estamos assistindo o repetir de um discurso vazio. Não é possível, os documentos estão ali. Não vou querer que o Deputado Rossoni vare a madrugada lendo todos os documentos. Seria demais exigir dele, até porque ele tem um conjunto de atividades durante o dia. A Liderança da Oposição tem assessores qualificados, jovens ainda, que podem ler a documentação, examinar, ditar, pesquisar, informar o Líder: "Olhe aqui, Deputado Rossoni, entendo que há uma irregularidade. Aqui está correto." Desculpe-me, devolver aquilo que foi pedido como informação do que tem seis indagações, mas cada uma delas têm quatro ou cinco desdobramentos. Ali estão os comprovantes das desapropriações, individualizadas, cada um das desapropriações efetuadas, mais de uma centenas de desapropriações, que foram efetuadas na barragem de Piraquara II.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB) (Aparte)

Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, discordo de V. Exa., quando afirma que desconheço o conteúdo das caixas. O que afirmo, reafirmo e continuarei defendendo, com base na fala do Deputado Valdir Rossoni - tenho cer-

teza que tão intelectualizado é o vosso Governo, poderia, sim, em uma ou duas folhas, ter sintetizado o conteúdo dessas caixas, a exemplo, como afirmei, do Governo Lerner. Pedi, pura pirraça, penso eu, me deram três caixas daquelas, que poderiam, ter sido resumidas e se caso existissem dúvidas, relacioná-las.

Penso, Deputado Romanelli, que tenho razão na minha fala, porque creio que o Governo poderia ter não facilitado, mas simplificado, se todas essas caixas tivessem os respectivos assuntos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Pastor Edson.

V. Exa. é um homem feliz, porque fui Deputado da Oposição, aqui nesta Casa, ao Governo Jaime Lerner e o Líder do Governo era o nobre Deputado Valdir Rossoni. O Governo aqui não discutia nada, votava e rejeitava todos os pedidos de informações. Nenhum pedido de informação passava nesta Casa. Essa era a prática, Deputado Augustinho Zucchi, Sr. Presidente. O Governo Lerner a maioria, 40 Parlamentares, era um senta e levanta ali.

Discursávamos eu, o Deputado Caíto e outros companheiros que estavam conosco, do PT, o Vanhoni, enfim, outros companheiros que estavam nessa luta, nessa trincheira. Era inacreditável o senta e levanta, que era uma massacre. Nenhum pedido de informações conseguíamos aprovar. Só passava aqui pedido de informação quando eu ia lá e negociava com o Presidente Aníbal Khury.

Concedo um aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Deputado Romanelli, olha, acho uma descortesia da Oposição que, mesmo sem abrir a documentação que foi trazida a esta Casa, já devolve. Então, fica uma dúvida. Eu fui Prefeito três vezes, tinha um Vereador chamado João Tenório Sobrinho, ele fazia quilométricas solicitações. E quando ficávamos trabalhando, o funcionalismo, para fornecer aquilo a que ele tinha direito saber, ele simplesmente colocava do lado. Agora, aconteceu isso aqui com os cartões corporativos. Então, acontece a primeira vez.

Agora, estamos na segunda vez. Então, olha, o Governo tem que informar, sim, mas a Oposição que me perdoe, é um julgamento *a priori*, nem viram, não leram nada, e já têm juízo definitivo formado a respeito daquilo que o Governo informou. Desse jeito não tem jeito!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu explico, Deputado. Eu li a coluna do Celso Nascimento de hoje e ele estava sem assunto. Então, o assunto, claro, tinha que ser o pedido de informações respondido pela Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR.

Concedo um aparte ao Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Será que o Jaime Lerner não respondia essas informações porque, quem sabe, ele abria o gabinete toda a manhã para receber os Deputados pessoalmente?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu nunca fui recebido pelo Governador Jaime Lerner.

BANCADA DE OPOSIÇÃO (Em coro)

Foi! Foi!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Embora sempre tivesse com ele um relacionamento respeitoso, embora eu divergisse dele, V. Exas. não, são palacianos, freqüentaram aquele Palácio Iguaçu, e conviviam inclusive com os piadistas do Jaime Lerner, V. Exas. gostavam daquele convívio.

Mas, quero dizer a V. Exa. o seguinte: olha, Deputado Rossoni, reflita, ponha a mão na consciência, peça para a sua assessoria se debruçar por dois dias, ler os documentos. Entendo que a Oposição vai ter uma dúvida existencial, filosófica, se devolver o conteúdo do pedido de informação. Vai ficar muito ruim para V. Exas. Entendo que V. Exa. tem que refletir muito sobre isso, fazer autocrítica é o que todos nós, seres humanos, que pensamos e refletimos, devemos e podemos fazer. Reflita o seu ato, Deputado Valdir Rossoni, ainda está em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Horário da Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**O SR. VALDIR ROSSONI**

Deputado Pugliesi, o senhor está perdoado, V. Exa. tem todo o direito de pedir perdão. Perdão V. Exa.

V. Exa. cometeu um equívoco quando disse que fomos informados dos cartões corporativos. Ainda não. Então, está perdoado. Deputado Pugliesi, V. Ex. foi induzido ao erro. Segunda-feira trago todo o acontecimento da questão e o histórico do cartão corporativo. Está perdoado, V. Exa merece o meu respeito, foi mal informado, lamento, meu Líder.

Segundo, fiz um compromisso e até já afirmei, eu devolvo os documentos à assessoria, não sei se querem ou não querem, estão devolvidos os documentos, porque ninguém vai ditar normas à Oposição, nós decidimos em conjunto. Devolvo à assessoria competente do Governo e não quero mais informações do que aquelas que eu questioneei. Não quero processo judicial ou extrajudicial, não foram os requisitos que eu pedi. Outra coisa, também perdão, foi aberta toda essa documentação, está aqui a minha assessoria que

tentou verificar a resposta. E tem muitas questões que não adianta ficarmos batendo boca aqui porque não contribui em nada na questão. A questão do cartão corporativo não foi respondida. Segunda-feira eu trago aqui tudo o que aconteceu ao longo da história.

Segundo, quero também dizer que o eminente Deputado que subiu à tribuna, que tem uma síndrome de mal de Jaime Lerner, dizer que ele andou rondando a cerca lá, parece, não sei se foi aceito ou não foi aceito, mas andou beirando a cerca lá sim. Então, V. Exa. deve ter observado.

Mas quero colocar aqui o seguinte: sei porque agora que o Maurício Requião quer ir para o Tribunal de Contas, Deputado Douglas - porque ele irá fiscalizar as contas do Governo - vou entrar num outro assunto, mas graças a Deus, Deus ilumina os homens de boa vontade. Deus dá o caminho correto.

Veja aqui o seguinte: nós analisamos...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

... veja, Sr. Presidente, deixa...

(Discussões paralelas)**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

É que o orador da tribuna não pode atribuir a mim um fato que, publicamente, todos sabem, nunca costeei porta nenhuma e nem cerca do Palácio Iguaçu.

Então, V. Exa. Deputado Rossoni, tem que ter responsabilidade no que fala...

(Discussões paralelas)**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Romanelli, o Deputado Valdir Rossoni está na tribuna e tem a palavra, na tribuna, inclusive com mais 30 segundos...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, um minuto.

Mas, Deputado, não é um minuto que vai fazer a diferença. Primeiro quero dizer o seguinte: o pecado condena. Eu não citei nome de Parlamentares que andaram beirando a cerca, eu não falei, não citei. Condenação, é ato confesso.

Quero dizer aqui que estamos salvos do Maurício Requião ir para o Tribunal de Contas. Num determinado dia chegou aqui a Lei Orgânica dos Municípios.

Ninguém está lembrado, mas quero aqui soltar a primeira notícia, em primeira mão, em primeira hora. E tínhamos aqui uma prevenção de elegermos Conselheiros do Tribunal de Contas que tivessem filhos candidatos. É verdade ou não é verdade? Isto era uma discussão interna

nossa. E eu sempre dizia: voto se não tiver filho que seja candidato, porque há uma proteção.

Aí nós, me lembro aqui, o Presidente Hermas Brandão nos ajudou a articular com todos os Deputados, entramos com uma emenda na Lei Orgânica do Tribunal de Contas, dizendo em resumo, que um Conselheiro só poderá analisar contas ou julgar as contas aonde um parente de 1º ou 2º grau não obtiver votos - quer dizer ao contrário agora - se eu tiver um filho que tiver 1% ou mais de votos, em qualquer município do Paraná, este Conselheiro está impedido de analisar e de votar as contas desse município. Ponto. A questão não é o filho, a questão é o irmão.

Então, quero dizer o seguinte: o que vai adiantar para esta Casa, digo ao Deputado Caíto que ele pode voltar a ser candidato - Deputado Caíto talvez vá ser Conselheiro do Tribunal de Contas - nós vamos salvá-lo pela luz divina, entramos com uma emenda. Muitos Parlamentares aqui subscreveram a emenda na Lei Orgânica do Tribunal de Contas e se o Maurício Requião for nomeado Conselheiro ele não poderá julgar uma conta dos municípios e nenhuma conta do estado e nem uma empresa de economia mista.

Então, nomear, porque o Requião fez em todos os municípios mais de 1% dos votos. Então, ele está impedido de exercer a sua função como Conselheiro do Tribunal de Contas. É a lei. Está aqui, Eu faço a leitura até porque tenho tempo, Deputado Augustinho Zucchi: *É vedado ao membro do Tribunal de Contas exercer as suas funções nos processos de qualquer natureza que envolva o município em que seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha direta ou colateral, até o segundo grau - irmão está dentro do segundo grau - seja detentor de mandato eletivo ou tenha obtido mais de 0,1% ou mais de votos, seja qual for o mandato eletivo de cada colégio eleitoral.*

Considerando os resultados oficiais divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Salvo esteja equivocado é a interpretação e por esta questão talvez eu esteja dando uma grande notícia ao Deputado Caíto que é merecedor da nossa confiança e voltará a ser, talvez, candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas.

Com o aparte o Deputado Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Teve uma ocasião em que o Governador Leonel Brizola devia ser candidato à Presidente da República na sucessão de João Goulart e levantaram um questionamento: "O senhor não pode ser candidato à Presidente, porque o senhor é cunhado do homem". Ele provou que cunhado não é parente.

Daí a minha curiosidade, Deputado Valdir Rossoni: será que não vão questionar também, levantar a mesma bandeira, pegar uma carona com o Leonel Brizola e levantar a questão que irmão não é parente?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, eu não acredito nisso. Sinceramente, estávamos há muito tempo analisando essa questão da lei orgânica, mas como hoje surgiu esse caso aqui, que compete ao Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas poderia nos assessorar nisso aqui.

Mas, Deputado Pugliesi, eu compreendo, entendo e vou trazer todas as informações devidas sobre a questão do cartão. As caixas foram abertas, são tão simples as respostas que precisamos.

Concedo aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Deputado Rossoni, o meu orientador sobre questões religiosas aqui na Casa é o Pastor Praczyk. Perguntei a ele, escuta: quem é que verdadeiramente pode perdoar?

O Pastor Praczyk falou: "Só Deus".

Será que o Rossoni está nessa pretensão de se apresentar como um semideus, aqui nesta Casa, e acabou adquirindo esse poder de perdoar? Outra preocupação, Deputado Rossoni: V. Exa. falou que o Caíto pode se preparar para ir para o Tribunal de Contas?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não candidato, Deputado. V. Exa. está entendendo as coisas erradas.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Não estou entendendo não. V. Exa. falou.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ele tem a nossa confiança. Ele é um homem público, honesto.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Mas, V. Exa. já deu como consumação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Porque me preocupo com o Deputado Durval Amaral.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. me perdoe se coloquei errado.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Ah, sim, está reconhecendo o erro, V. Exa. Então, não tenho que ser perdoado por coisa nenhuma, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então peço desculpa a V. Exa. que jamais quis faltar com o respeito com V. Exa. até porque tenho um grande respeito.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

O respeito é recíproco.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Até senti porque alguém deve ter lhe dado essa informação, porque buscamos também essas informações e pode ter sido induzido. Peço desculpas, porque não estou aqui como semideus. Agora, não estou aqui para ser trouxa não.

Com o aparte o Pastor Praczyk.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Sinto-me muito honrado por ter sido citado e, principalmente, naquilo que mais gosto de fazer, que é o aspecto religioso, teológico. O Deputado Waldyr Pugliesi perguntou: “Quem é que pode perdoar?” De fato, só Deus pode perdoar. Perdoar o quê? Pecados.

Agora, o perdão no sentido de pedido de desculpas todo ser humano pode fazê-lo. Aliás, a oração do Pai Nosso diz isso: “Perdoai as nossa ofensas assim como nós temos perdoado àqueles que nos têm ofendido.”

Então, só para esclarecer essa dúvida teológica.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tenho dito.

ORDEM DO DIA:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 073/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, a isenção de ICMS sobre os equipamentos utilizados na produção de energia solar no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 074/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Itaúna do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 693, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência do Deputado Ney Leprevost, na Sessão Plenária do dia 09/04/08, por motivo de reunião na Prefeitura Municipal de Curitiba, para tratar de assuntos da comunidade. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 004/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/08, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel, ao município de Jandaia do Sul. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Mensagens).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 078/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Divina Providência, com sede e foro no município de Nova Esperança. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 078/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Divina Providência - ADP, com sede e foro no município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/04/08.

(aa) STHEPANES JÚNIOR - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

3ª Discussão**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 130/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Política de Reciclagem de Entulhos de Construção Civil e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA.

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro gostaria de agradecer pelo fato de nós termos aprovado, em 1ª discussão, esse projeto que eu considero de extrema importância para o estado do Paraná.

É um projeto de educação ambiental pois 50% do volume do lixo encontrado nos depósitos, em todo o estado, é de entulhos da construção civil. Com esse projeto estamos instituindo uma política de reciclagem de entulhos da construção civil e dá outras providências.

Na verdade, com esse projeto estaremos incentivando as indústrias, que até o momento não temos informações, indústrias de reciclagem de entulhos no estado do Paraná, como existe em São Paulo, através de um programa que também irá promover uma articulação em cada município, com campanhas de incentivo à realização de coleta seletiva de lixo, incentivar o desenvolvimento de projetos de utilização de materiais recicláveis provenientes de entulhos de construção civil, aqueles entulhos que normalmente se acumulam na frente das construções. Promover campanhas de educação ambiental voltadas para a divulgação e valorização do uso desses materiais recicláveis, mas o que é mais importante, pena eu não encontrar aqui o Deputado Cheida que tem uma preocupação muito grande com questões ambientais, é que esses materiais recicláveis desses entulhos poderão ser reaproveitados na construção de casas populares e até mesmo em pavimentação asfáltica, pois é 40% mais econômico.

Portanto, estes materiais da reciclagem dos entulhos poderão ser aproveitados até mesmo para a construção de casas populares, o que eu acho que é realmente benéfico para o nosso estado. Então, gostaria de pedir apoio dos demais Parlamentares para que aprovemos mais uma vez, em 2ª discussão, o projeto de nossa autoria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhando o pronunciamento do PPS, estava analisando neste momento o projeto e o vi falando que não há conhecimento de que existam usinas de reciclagem de entulhos. Gostaria de dizer a V. Exa. que vou votar favorável a esse projeto, porque conheço em Ponta Grossa. Em Ponta Grossa tem uma usina de reciclagem

na entrada da cidade, à direita, no distrito industrial. Não me lembro se não foi no meu Governo que doamos esse terreno para a Ponta Grossa Ambiental. Não tenho certeza, porque foram tantos terrenos que doamos. Mas se não foi, foi no do Deputado Péricles que está aqui como Prefeito. Não me lembro se para a PGA foi V. Exa. ou fomos nós que doamos o terreno para a PGA fazer uma usina de reciclagem de entulhos em Ponta Grossa.

Essa usina é importante, é na entrada de Ponta Grossa e para quem conhece Ponta Grossa, ela tem feito um trabalho muito importante. Tem reciclado entulhos, tem separado aqueles entulhos que vêm da construção e isso é muito bom. Junto também está instalada mais uma unidade dessa empresa, do lixo hospitalar, anexado próximo também.

Isso ajuda a transformar esse projeto que quer o Deputado. São projetos que criam e instituem as políticas.

Só lamento um pouco às vezes que esses projetos que votamos aqui, eles não vão para frente, que o Governo institui. Fazemos projetos aqui, são aprovados, mas essas políticas de ser criar políticas nunca funcionam.

Isso é lamentável. Votamos aqui, todo mundo se empenha, e depois esses projetos, se você olhar, a grande maioria, essas políticas não funcionam. Quando se institui um projeto de qualquer coisa nesse sentido, de uma política disso, uma política daquilo, o Governo aprova e não cumpre. Mas vou votar a favor, porque primeiro conheço essa usina de reciclagem de Ponta Grossa, ela realmente é boa e deve ser incentivada para que mais cidades possam ter, porque realmente pode ser muito importante, principalmente para se usar aquele subproduto que sai àquele produto da construção civil.

Parabéns ao Deputado por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. Deputados favoráveis. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 075/07, de 02/07/07, em Projetos de Lei**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró, dispõe sobre a tarifa reduzida de energia elétrica, empresas, no período noturno.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso V, diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02/10/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

Segundo parecer - Conclusivo

Relatório

Remete-se, por economia, ao relatório preliminar, quando se decidiu pela remessa do presente projeto de lei ao seu autor, o nobre Deputado Plauto Miró, a fim de para que, querendo, fosse atendido o que estabelece a legislação, tendo em vista que a proposição importa em redução da tarifa por parte da sociedade de economia mista Companhia Paranaense de Energia, e que dependeria de subvenção do tesouro do estado, com o conseqüente estudo de impacto orçamentário-financeiro.

Os autos retornaram com a singela resposta de que todas as informações solicitadas se encontrariam na Resolução nº 456, da Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador do setor elétrico nacional, instruindo o ofício com uma cópia da referida resolução.

Aduziu ainda que a mencionada resolução conteria a forma de como deverá ser feita a medição de consumo dos usuários da energia elétrica que se habilitarem a utilizar a tarifa, informando que isso já ocorre no estado do Tocantins, bem como em nosso estado, com os agricultores que participaram do Projeto de Irrigação Noturna.

Voto do Relator

Com todo o respeito e salvo informação não percebida por este Relator, a Resolução da ANAEE em nada contribui para a falha formal da presente proposição,

quanto ao estudo de impacto orçamentário-financeiro da mesma.

No entanto, como a proposta, em seu mérito, ao nosso entendimento, tem total procedência e deve ser perseguido, a fim do Poder Público incentivar o desenvolvimento econômico do estado, tomamos a liberdade de apresentar um substitutivo, no qual, ainda que em parte, mas não menos como todos os demais projetos aprovados nesta Casa, inclusive os oriundos do Poder Executivo, apontem a forma de execução da proposta, no que tange aos aspectos financeiro-orçamentários.

Para tanto, aproveitou-se integralmente a proposta e principalmente os objetivos originais, apresentados pelo Deputado Plauto Miró, adaptando-o, na forma que este Relator entendeu o mais conveniente, ao molde do Programa de Irrigação Noturna, instituída pela Lei Estadual nº 15606, de 15 de agosto do corrente ano, a qual também foi aprovada sem outros estudos.

Tal qual o Programa de Irrigação Noturna, propõe-se no substitutivo a criação de um programa, denominado Produção Noturna. Ainda que sempre advogados que a instituição de programas governamentais não pode ter iniciativa Parlamentar em um regime de Governo Presidencialista, optamos por este caminho, a fim de se tornar melhor compreensível a proposta e amoldar-se ao Programa de Irrigação Noturna.

No entanto a maior inovação é a previsão, subtraída da lei que institui o Programa de Irrigação Noturna, da origem dos recursos para o pagamento da diferença da tarifa de energia elétrica às fornecedoras desta, do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE. E toda a forma de obtenção de recursos para tais fins, a exemplo do Programa de Irrigação Noturna, seja prevista em dotação orçamentária, cuja proposta para o exercício do próximo ano ainda se encontra nesta Casa de Leis para apreciação e votação.

Ademais, em que pese a entrada em vigor na data de sua publicação, de fato, a presente proposta de programa governamental dependerá de todas as regulamentações extraídas também do Programa de Irrigação Noturna, com as devidas adaptações.

Conclusão

Destarte, somos pela regular tramitação do presente projeto de lei, porém na forma do seguinte substitutivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28/11/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 475/07

Art. 1º Fica instituído o Programa Produção Noturna, com a finalidade de beneficiar os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços,

urbanos e rurais, que ampliem suas atividades produtivas, estendendo-as para o período noturno, com a subvenção econômica através de recursos do Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE, para fins de obter fornecimento de energia elétrica com tarifa reduzida em 30% (trinta por cento) sobre aquela vigente para estes consumidores no período diurno.

Parágrafo Único. As despesas com a subvenção econômica de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, em rubrica específica para esse fim, ou dos recursos já existentes no citado Fundo.

Art. 2º A subvenção econômica para fins de redução tarifária prevista no *caput* deste artigo não prevalecerá em caso de redução da atividade produtiva diurna dos consumidores beneficiários.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, entende-se por período noturno, aquele compreendido entre as dezoito horas e as sete horas do dia seguinte, e por período diurno aquele entre as sete e as dezoito horas.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará:

I - os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, urbanos e rurais, contempláveis com a subvenção de que trata esta lei;

II - as condições operacionais gerais para a implementação, execução, controle e fiscalização da subvenção de que trata esta lei;

III - as condições de acesso aos benefícios previstos nesta lei, incluindo a forma de pagamento das fornecedoras de energia elétrica e outras exigências técnicas pertinentes;

IV - os montantes máximos de subvenção econômica, de forma compatível com os recursos disponíveis para esta finalidade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28/11/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Antonio Belinati e Elio Rusch.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,
DA CIDADANIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 475/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela tem como escopo a implantação de programa de redução de tarifa de energia elétrica para estabelecimentos comerciais e industriais

que ampliem suas atividades, estendendo-as para o período noturno.

Aos 2 de outubro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como na Comissão de Finanças no dia 28 de novembro, onde recebeu substitutivo geral, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta Comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 28/11/07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse projeto de lei acompanhei aqui a tramitação dele. Recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, onde o Relator foi o Deputado Luiz Carlos Martins. Depois ele foi dirigido à Comissão de Finanças. Na Comissão foi feita uma emenda substitutiva que mudou algumas coisas do projeto. De acordo com o Regimento ele teria que retornar à Comissão de Constituição e Justiça, para que lá ele recebesse um novo parecer na mudança que foi feita nesse projeto.

O que eu queria lhe pedir é para encaminhar novamente à Comissão de Constituição e Justiça, para que ele possa receber um parecer em cima dessa emenda substitutiva que lhe foi feita na Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A emenda no substitutivo geral é da CCJ.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Não! A emenda substitutiva foi da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem uma orientação no seu projeto, diferente do que está na Mesa. Como nós estamos votando em 1ª discussão a constitucionalidade, e o substitutivo veio da CCJ, não há como aguardar.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Plauto falou que a emenda, o projeto substitutivo foi da Comissão de Finanças, relatado pelo Deputado Elton Welter. Gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa., se esta emenda, este substitutivo foi encaminhado à CCJ ou veio à Plenário direto?

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Ele tem que sair da pauta, o projeto, Sr. Presidente. Há um erro de impressão na pauta, porque o substitutivo

é da Comissão de Finanças e não da CCJ. Portanto, o projeto, antes de ser votado na constitucionalidade, tem que passar pela CCJ.

Então, procede a questão de ordem do Deputado Plauto. O projeto tem que sair da pauta e voltar para a CCJ.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Solicitei ao Deputado Plauto Miró que pudesse retirar o projeto, mesmo antes desta informação, para que pudéssemos, talvez, fazer uma Audiência Pública, porque a informação que tenho é que se reduzirmos e fizermos durante 24 horas o fornecimento de energia, inclusive reduzindo custos durante noites e madrugada, com a alegação de que com isso ajudamos indústrias, baixamos o índice de reservatórios e não podemos recompor estes reservatórios.

Então, não sei se o Deputado Plauto Miró Guimarães vai retirar, mas se houver oportunidade faremos uma Audiência Pública e posteriormente estas informações poderão ser esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A questão da Audiência Pública é uma outra sugestão. Esta presidência vai se ater à questão de ordem levantada pelo Deputado Plauto Miró Guimarães e corroborada pelo Deputado Nereu Moura e passa a decidir.

O projeto volta à CCJ pelo fato do substitutivo não ter passado pela CCJ.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, temos o parecer da CCJ.

(Lê o parecer da CCJ)

Portanto, pelo que entendi, ele voltou à CCJ e recebeu parecer favorável com substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria, se não foi retirado pelo autor, de encaminhar o projeto, porque tenho um parecer inclusive da Advocacia Geral da União, demonstrando que esta matéria é competência exclusiva da união, legislar sobre energia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se me permite V. Exa., já decidi a questão de ordem: o projeto vai voltar à CCJ.

Não há razão para discutirmos a continuidade da discussão do projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Mas que se registre que quando for discutido pela CCJ, há uma flagrante de inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que proíbe envio de mensagens de texto promocionais pelas operadoras de serviço de telefonia celular no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC, CF e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC. (ANEXO AO PROJETO Nº 514/07). **(Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 514/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost tem como objetivo coibir o uso abusivo de mensagens promocionais por meio das operadoras de telefonia celular.

Legitimidade

O projeto de lei em anexo visa proibir a transmissão de mensagens de cunho pessoal comercial diretamente para o celular do assinante.

Nesta vertente, devemos vislumbrar o que a Constituição Federal vem a normatizar, quanto a matéria em questão:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal, legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico (grifo nosso).

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, conforme os ditames legais expressos na nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo. Vislumbra-se, que a Constituição Federal resguarda prerrogativas para legislar acerca da matéria em apreço tendo em vista que tem o desígnio de proteger os cidadãos, senão vejamos: o fim almejado pelo legislador encontra-se balizado na Constituição Federal, uma vez que pretende se proteger o direito do consumidor.

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca de matéria relacionada.

Outrossim, tem-se conhecimento de que esses spans têm-se proliferado sobrecarregando o sistema. Insta também salientar que as operadoras encontram-se em posição privilegiada com relação ao conhecimento do cadastro do assinante e da condição sócio-econômica, sendo que tal faz com que as operadoras detenham um poder de bombardeio comercial muito grande caso uma possível tática comercial nesse sentido venha a ser utilizada.

Com o fim de coibir a prática por terceiros do uso do cadastro de usuário obtido sem o seu consentimento, é estabelecida a vedação do seu uso por terceiros. Essa vedação se faz necessária uma vez que o fornecimento dos dados do assinante, assim como o seu uso não autorizado, não é considerado ilegal pela Lei Geral das Telecomunicações - LGT, Lei nº 9472/97. Dessa forma, se não houvesse a proibição, caberia ao outorgado a sanção administrativa e ao terceiro, remetente da mensagem, nada lhe poderia ser imputado.

As penalidades são tratadas no artigo 4º do projeto. O remetente de spam incorrerá nas sanções administrativas impostas pela ANATEL previstas no artigo 173 da LGT, a saber: advertência, multa, caducidade ou declaração de inidoneidade. Como forma de garantir ao usuário o uso da justiça de maneira independente à possível aplicação de sanção por parte do órgão regulador, é previsto, no parágrafo 1º do mesmo artigo, a possibilidade de indenização ao assinante, sem prejuízo da aplicação das demais normas vigentes. O parágrafo 2º do mesmo artigo indica que é ilegal o uso de artifícios de ocultação do remetente. Dessa forma, apesar de cientes de que o presente projeto não tem o poder de coibir a prática de spam vinda do exterior, pelo menos, é uma indicação clara do Poder Público brasileiro e que essa prática comercial não será permitida no país.

Recentemente foi criado no Brasil o Comitê Brasileiro Anti-Spam, organização que tem como intuito coibir o uso indevido e desregrado do spam como meio de comercialização por parte das operadoras. Ademais disto referido Comitê instituiu um Código de Ética de com relação aos spans a fim que o mesmo seja utilizado de melhor forma possível.

Diante da proteção aos direitos dos consumidores, não pode o Poder Público se abster de sua função de resguardar as garantias dos cidadãos, uma vez que o uso de mensagens como comerciais se tornaria um tormento tanto à população quanto para o serviço celular.

Tendo em vista os argumentos apresentados, considero que a prática do envio, por parte das operadoras, de mensagens curtas diretamente aos terminais do usuário constitui abuso de sua condição de operadora do sistema e detentora do cadastro dos assinantes, resultando igualmente em invasão da privacidade do usuário de telefonia celular. De tal modo, e também balizado pelos preceitos de constitucionalidade e legalidade vemos totalmente plausível a presente proposição.

Ainda como base na Lei Complementar nº 095/98, vejamos que o artigo 3º do presente projeto de lei não cumpre os requisitos legais, pois é de se observar que não faz menção expressa às disposições que visa serem revogadas, insta salientar que tal dispositivo deve ser cumprido desde 98, quando da vigência da lei complementar, que assim regula:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei encontra óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

E, tendo em vista o presente projeto estar de acordo com todos os requisitos existentes, tendo em vista sua constitucionalidade e legalidade, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 514/07, anexo ao Projeto de Lei nº 527/07, em conformidade com a subemenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 514/07

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º, suprime-se o seguinte artigo ao projeto de lei, passando a constar:

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI Nºs 514/07 e 527/07

P A R E C E R :

Relatório

Os presentes projetos de lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Augustinho Zucchi, foram anexados através de requerimento do Deputado Nelson Justus, têm o objetivo proibir o envio de mensagens promocionais por parte das operadoras de telefonia celular.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação dos projetos anexados.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 30/10/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETOS DE LEI Nºs 527/07 e 514/07

P A R E C E R :

Para análise dessa Comissão dos Projetos de Lei nºs 527/07 e 514/07 de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Ney Leprevost que proíbem o envio de

mensagens de texto promocionais pela operadora de serviço de telefonia celular no estado do Paraná.

Os dois projetos foram reunidos por tratarem da mesma matéria. Em síntese, visam inibir a prática das operadoras de telefonia celular de mandar frequentes e indesejadas mensagens para os clientes. As empresas telefônicas são as campeãs em reclamações junto aos órgãos de defesa do consumidor e nos juizados especiais cíveis. É evidente o abuso destas em relação aos seus clientes e demais consumidores.

Se aprovada esta lei poderá haver questionamento judicial se as empresas entenderem que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não seria competente para legislar sobre tal matéria, no entanto, a proposição recebeu parecer favorável das demais Comissões, inclusive CCJ.

A esta Comissão cabe analisar a proposição sob a ótica do consumidor, conforme prevê o inciso VIII do artigo 33 do Regimento Interno.

VIII- À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objetivo a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

Quanto ao interesse dos consumidores é inegável a importância de tal proposição.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição para que possa ir a plenário e ser debatida por todos os Deputados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18/02/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETOS DE LEI Nºs 514/07 e 527/07

P A R E C E R :

Os presentes projetos de lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Augustinho Zucchi, que dispõem sobre a proibição do envio de mensagens promocionais por parte das operadoras de telefonia celular.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela,

pois a proposta visa a coibir o uso de mensagens eletrônicas e de correio de voz, disparadas indiscriminadamente, para uso promocional, por parte das operadoras de telefone celular, uma vez que não haja autorização dos usuários.

Assim opinamos pelo parecer favorável apresentado, também, emenda modificativa em anexo, para permitir somente mensagens promocionais de cunho beneficente que repasse, integralmente, os recursos para as entidades assistenciais nominadas, inclusive o custo das operadoras.

Sala das Comissões, em 22/11/07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
EMENDA MODIFICATIVA AOS
PROJETOS DE LEI Nºs 514/07 e 527/07
(ANEXADOS)

P A R E C E R :

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º aos Projetos de Lei nºs 514/07 e 527/07, com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

Parágrafo Único. Serão permitidas somente mensagens promocionais de cunho beneficente que repasse, integralmente, os recursos para as entidades assistenciais nominadas, inclusive o custo das operadoras.”

Sala das Comissões, em 12/02/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

Apoiamento:

Edson Strapasson e Dobrandino da Silva.

Em discussão. Em votação.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

É que eu estava, por analogia, aqui usando o Regimento na questão da CCJ que o Presidente não pode presidir a Sessão quando está debatendo. Mas sou informado pelo Presidente da Casa que V. Exa. pode presidir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não estou encaminhando o projeto na condição de Presidente, estou apenas lendo a pauta. Está em votação.

Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores Deputados, mês de março de 2008. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/04/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Edson Strapasson e Ribas Carli Filho.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 031/08**

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2008, regulamentados pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Após exame da matéria em epígrafe, do movimento relativo aos créditos para atender essas despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 08/04/08.

**(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator**

Antes de passarmos aos requerimentos quero fazer aqui uma convocação, por determinação do Presidente Nelson Justus, da Sessão de amanhã, da Audiência Pública da Secretaria da Fazenda, da apresentação de dados relativos ao cumprimento das metas do 3º trimestre de 2007, a realizar-se dia 10 de abril de 2008, ou seja, amanhã, às 10h neste plenário.

Pela ordem, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, com muita honra, em nome do nosso querido colega Alexandre Curi, S. Exa. me autorizou a transmitir um convite para que os nobres Pares compareçam, daqui a pouco, em seu gabinete, onde com a bênção de Deus ele estará celebrando o seu aniversário.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 665, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Tenho muito respeito pelo nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, que é um Parlamentar que se pauta sempre com muito equilíbrio nos seus pronunciamentos e também nos seus requerimentos. Mas tenho que reconhecer que ele fez nesse requerimento, na minha avaliação, Deputado Plauto, uma mini-CPI. Se. V. Exa. pretende obter dados, dados complexos, quase que fazendo uma radiografia da área da Segurança Pública, quando na verdade teríamos perguntas difíceis de serem respondidas, por exemplo, o número médio de prisões realizadas por dia no Paraná, ou ainda, o montante de recursos públicos aplicados nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e o 1º trimestre de 2008 no setor de Segurança Pública do estado do Paraná. Isso é só pegar o orçamento, V. Exa. sabe disso. A divulgação dos dados de criminalidade. Ou seja, o que quero dizer é que V. Exa. poderia desdobrar esse pedido de informações tematicamente, ou seja, abordando o que é o orçamento, o que é dado estatístico, ou o que é efetivo. Aliás, ontem aprovamos aqui um requerimento do Deputado Marcelo Rangel tratando disso, aprofundado.

Então, o que eu solicitaria a V. Exa. é que pudesse reformular esse requerimento. É esse apelo que faço a V. Exa. e garanto que vamos aprovar o requerimento tematicamente.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Tudo bem, Sr. Presidente. Só quero, Deputado Romanelli, nessa questão que fala das informações que estamos pedindo, são informações que há bastante tempo não são anunciadas e a população do Paraná, e nós Parlamentares que cumprimos o nosso dever, temos dúvidas em muitas situações.

Então, esse requerimento é justamente isso, para poder esclarecer a nós e trazer os números reais de tudo aquilo que acontece dentro da Secretaria da Segurança do Paraná. Mas, Sr. Presidente, vou retirar, vou reformular.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está retirado então o requerimento.

Requerimento nº 689, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente. Até talvez fosse interessante alongarmos no tempo isso,

inclusive populacionalmente o que o Paraná tinha e o que tem. Mas acho que vale a pena esse pedido de informação, porque certamente desmistifica muito das inverdades que são ditas sobre esse tema aqui.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Justamente isso. Temos aqui um debate, já há bastante tempo, aonde os Parlamentares da base aliada do Governo dizem que houve um acréscimo, um aumento no contingente da Polícia Civil e também da Polícia Militar. Com esse requerimento vamos poder trazer à luz do dia a realidade.

Vamos saber quantos policiais civis e militares têm na ativa e inativa, ano a ano, de 2003 até 2007. Com isso vamos saber se houve aumento ou não do contingente policial no estado do Paraná. Esse é o objetivo desse requerimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimento nº 690, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 691, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 692, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 695, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 697, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outras para quinta-feira, dia 10, às 10h, uma Audiência Pública com o Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o Exmo. Sr. Heron Arzua.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 053 e 076/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/07 e do Projeto de Resolução 006/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 356/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1386/08, datado de 04/03/08, relativo ao protocolado nº 4131/05, datado de 01/06/06, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - retificar o Ato da Comissão Executiva nº 840/07, publicado no Diário da Assembléia de 02/04/07, que passará a constar com a seguinte redação:

2 - conceder aposentadoria a ROSA LIS MENEGUSSO, matrícula nº 40248, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível 061, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional 041/03, que asseguram os proventos proporcionais pela totalidade da remuneração do cargo efetivo, incorporando as vantagens que faz jus, 04 adicionais assegurados pelo artigo 170 da Lei Estadual 6174/70, sendo que os proventos serão reajustados com paridade, ou seja, para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e as mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo, também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação de cargos, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo dos proventos proporcionais da Coordenadoria de Relações Trabalhistas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07/04/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 065/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2395, datado de 01/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora

deste Poder Legislativo, ROSEMERY VIEIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 119, de 60 (sessenta) dias, a partir de 28/03/08 com término em 26/05/08, CID. 10 K44-9 e K81-0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 066/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1386, datado de 04/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, em favor de ROSA LIS MENEGUSSO, matrícula 40248, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nível 061, 06 (seis) meses contados em dobro, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 067/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2561, datado de 04/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 25/04/08 com término em 23/08/08, CID. 10 F.31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 068/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2530, datado de 03/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional da servidora CLORIS DE SOUZA FERREIRA, portadora do RG 738.128-0, da Secretaria de Estado e Cultura, para permanecer prestando serviços junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 069/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1855, datado de 13/03/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARCIA DO ROCIO REMINS, matrícula nº 40628, portadora do RG nº 4111380-4 e do CPF 567.315.159-49, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09/07/85, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, lotada no Diário da Assembléia, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 071/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2511, datado de 09/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de REGINA DA SILVA SOUZA TOKAWA, matrícula nº 40787, portadora do RG nº 6.796.708-9/PR e do CPF nº 051.247.318-85, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02/06/86, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotada na Diretoria de Serviços Especiais, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a:

- Mão de Fada Distribuidora de Bebidas Ltda. por 02 (dois) meses e 01 (um) dia, período compreendido entre 07/06/95 e 07/08/95;
- Bavarium Park Restaurante e Choparia Ltda., por (02) anos, 11 (onze) meses e 07 (sete) dias, período ente 02/05/96 e 08/04/99;
- São Paulo Alpargatas S/A, por 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, período de 13/10/82 a 27/05/85;
- BF Utilidades Domésticas Ltda., por 19 (dezenove) dias, período de 01/11/85 a 19/11/85, perfazendo o tempo de 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 02 (dois) dias de contribuição, conforme dispõe o parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/04/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico

Modalidade: Pregão Eletrônico 002/08 - Protocolo 1230/08.
Objeto: Aquisição de materiais diversos, conforme abaixo.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 002/08

Lote	Empresa Vencedora	Especificações	Valor
1	Quimagraf Ind. e Com. de Material Gráfico Ltda.	Pacotes de papel couche, 170 gramas. Pacotes de papel couche, 115 gramas. Chapas positivas. Litros de revelador positivo. Latas de tinta, com 2,5 quilos cada.	R\$ 39.787,00
2	Luiz Fernando Neris.	Folhas de papel toalha interfolhas, 100% celulose virgem, não reciclável, extra branco luxo, dimensões 23 X 26 cm.	R\$ 6.630,00
3	Papel Com. Papelaria e Informática Ltda.	Caixas de copos para água com 180 ml. Bastão cola stick não tóxica, com 40 gr.	R\$ 14.810,00
(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO			